

MARXISMO E DITADURA



Jan Waclav Makhaiski Anatol Gorelik
Daniel Guérin Ronald Creagh Joël Gochot

MARXISMO E DITADURA

SUMÁRIO

DIÁLOGO COM OS MARXISTAS?

Ronald Creagh

11

A DITADURA MARXISTA

Jan Wacław Makhański

19

O GOLPE DE ESTADO DE OUTUBRO

Jan Wacław Makhański

37

BAKUNIN

E A DITADURA DO PROLETARIADO

Anatol Gorelik

47

A CONDENAÇÃO DO "COMUNISMO"

AUTORITÁRIO POR BAKUNIN

Daniel Guérin

61

ANARQUISMO E TROTSKISMO

Joël Gochot

77

DA TEORIA ECONÓMICA MARXISTA AOS FATOS

Roland Bosdeveix

97

O marxismo
inscreve-se no âmbito de uma sociedade
da qual ele constitui a oposição. Morrerá com ela;
e todos os que o tiverem seguido
desaparecerão igualmente.
É fora do marxismo que se construirão
os princípios que marcarão
o começo de uma nova civilização.
É estúpido não se distanciar claramente dele
e retomar todas essas políticas das etapas
democráticas ou outras,
pois uma diferença fundamental opõe-nos a eles:
os marxistas trabalham por um homem abstrato
a inscrever na história, enquanto nós trabalhamos
por um homem concreto, que luta ao nosso lado.

* * *

É essencial desmistificar o marxismo
perante os trabalhadores, e, sobretudo,
restituir ao movimento revolucionário tradicional,
e a seus pensadores,
tudo aquilo de que o marxismo apropriou-se.

Maurice Joyeux

L'Hydre de Lerne

MARXISMO E DITADURA

DIÁLOGO COM OS MARXISTAS?

Ronald Creagh

Que aporte intelectual o marxismo oferece hoje?

Tenho grande respeito pelo devotamento, pela generosidade, pela sinceridade de meus camaradas marxistas, mas fora de sua competência em certas análises políticas ou sociais, nada vejo de importante em sua concepção do mundo.

O marxismo é cativo de uma época e de uma história. Não há marxismo antes de Marx; alguns diriam, inclusive, que não houve igualmente depois dele, e que os marxismos são o conjunto das interpretações errôneas de Marx. De qualquer modo, as diversas formas do marxismo emanam de uma mesma ideologia da representação.

Essa representação estrutura-se segundo um eixo bem delimitado. Para Marx, toda sociedade repousa em um pilar: seu sistema econômico. As outras facetas sociais, a cultura, o político, o Es-

tado, podem ter uma lógica própria, mas não é uma lógica autônoma: elas dependem, em última instância, da economia, centro do poder.

A partir desse fundamento último, organizam-se constelações de conceitos que os sucessores de Marx esforçaram-se para evidenciar, adornar, e, inclusive, às vezes, abandonar subrepticamente. Todo esse aparelho intelectual faz do ou dos marxismos um instrumento que, se ele é forjado em determinada época, em determinado lugar, é utilizável em toda parte e em todas as épocas.

Tal eficácia é sedutora. Essa abordagem oferece uma visão de conjunto de toda a sociedade; para Marx, em seguida para Lênin, uma teoria adequada da totalidade do mundo oferece os meios para dirigir a revolução mundial. Em um universo em perpétua transformação, difícil, por conseqüência, de circunscrever, ela dá ao marxista o sentimento de manter uma estrutura firme que lhe permita uma visão global que distinga o essencial do acessório. Ela revela o lugar oculto do poder. E, também, é essencialmente estratégica. O militante pode ver em que momento da história ele se situa, buscar as falhas de estrutura que permitirão a termo o esgotamento do sistema capitalista. Como escreve Nicholas Spencer, ele pode “controlar os acon-

tecimentos revolucionários porque concede a prioridade à história e à economia”. Seu saber está, por sinal, ancorado em duas ciências humanas: a economia e a história; o marxista pode pensar-se como científico.

É em nome da história e da economia que ele será necessariamente contra-revolucionário. Isso porque, depois de ter aguardado — e anunciado —, durante quase dois séculos, os signos precursores do declínio do modo de produção capitalista, ele necessita agora de certezas, e, enquanto estas não chegarem, desdobrar-se-á, como em maio de 68 na França, para sufocar toda revolução espontânea sob pretexto de que ela é ilusória.

O marxismo é intelectualmente gratificante. Ele não quer ver, apalpar, degustar, sentir os seres em seu mistério, sua infinitude e sua perturbação. É uma visão cinemascópica do mundo. Construiu conceitos técnicos, sofisticados, e observa o mundo por intermédio desse agenciamento. Essa representação do mundo, tão ideológica quanto outra qualquer, apresenta uma ilusão de segurança porque exclui qualquer outra alternativa.

A história e a economia asseguram uma base “científica” a uma decupagem da cena social em estruturas essenciais e fenômenos acessórios.

Essas estruturas essenciais permitem produzir um juízo global sobre o tipo de sociedade, seu funcionamento, seu futuro. A carteira de identidade de uma determinada sociedade define o cenário que se produzirá.

Os conceitos sofisticados que o marxismo elabora, a luta de classes, a alienação, e assim por diante, não podem ser aplicados rigidamente nas sociedades contemporâneas. São significantes e, portanto, construções de uma determinada sociedade, em determinada época, em determinado quadro ideológico. Todos esses tempos passados podem, apesar de tudo, contribuir para a nossa compreensão, mas não podemos permanecer colados à tela de um cinemascópio. Há outras variantes em jogo, como as lutas étnicas ou o sistema patriarcal, que testemunham uma situação bem mais complexa do que se pensava outrora.

Pode-se muito bem, por sinal, conceber que alguém seja simultaneamente marxista e anarquista: isso foi demonstrado por um certo número de autores judeus alemães, em particular, e, inclusive, Bakunin dizia-se marxista em matéria econômica; alguns historiadores esforçaram-se para descobrir os aspectos anarquistas do próprio Marx.

Não há nada disso no anarquismo. Não existe um corpo de conceitos que cada pensador

empreende desenvolver progressivamente. Na realidade, cada filósofo anarquista, de Bakunin a Kropotkin, de Malatesta a Stirner e de Landauer a Zerzan, estabeleceu sua própria cartografia. Por exemplo, posições muito diferentes e, até mesmo, contraditórias foram adotadas em relação a uma classe social portadora da revolução. Jogando o resto com ou sem comentário.

Um único aspecto faz a união de todos: uma posição ética e política, a rejeição de toda forma de dominação. Moral pequeno-burguesa, dizem desdenhosamente os marxistas; quanto aos filósofos universitários, eles não vêm nisso qualquer grão a moer para seus sistemas de pensamento. Pode-se comentar um ou outro desses teóricos ou dessas correntes de pensamento, descobrir um imaginário coletivo ou práticas comuns, mas não se vê um corpo de conceitos bem articulados, formando um todo, que cada geração esforçar-se-ia para aprofundar. Com efeito, sobre o axioma de origem, podem elaborar-se filosofias muito diferentes.

Horror! O anarquismo está ao alcance do primeiro que chegar. Ele não precisa mergulhar no *Capital*, passagem obrigatória de todo noviço marxista. Pode dispensar a leitura de Bakunin, Proudhon, ou quem quer que seja. Basta que deseje uma sociedade profundamente igualitária,

o que implica a rejeição de toda forma de dominação e a crítica de toda representação. Tudo isso nada tem a ver com a história: a posição diz respeito ao movimento sócio-cultural de uma determinada sociedade. Em resumo, o anarquismo não é uma ciência, conquanto, ao longo de seu percurso, o militante seja convidado a ir à fonte de um certo saber para determinar, por exemplo, que o fim não justifica os meios, ou que estes últimos devem, tanto quanto seja possível, antecipar uma sociedade diferente.

Mas eis que a situação periclita: o marxismo via-se rigoroso por estar apoiado em duas ciências, a economia e a história. Ora, estas estão em crise porque o caráter científico das “ciências humanas” já não é apenas recusado pelas ciências duras, o que foi sempre o caso, mas em seu próprio campo, pela crítica do positivismo cientificista, e mais geralmente pelos desenvolvimentos recentes da epistemologia. O marxismo está hoje acuado na defesa do alicerce científico de suas posições contra todas as críticas do essencialismo, da representação, e na busca desesperada de uma alternativa aos pós-estruturalistas e aos pós-modernos.

Mesma reviravolta em matéria de ciências políticas. Estas obstinam-se em pensar em termos de partido e representação, e, como elas pensam

que à noite todos os gatos são pardos, confundem alegremente poder e dominação. Infelizmente, há pessoas que pensam que o sistema democrático é, sob as aparências de um acomodamento, uma forma de exclusão.

O diálogo com os marxistas é possível? Creio que a influência das idéias marxistas nos anarquistas sempre teve efeitos deploráveis, e estou pronto para citar mil exemplos. Em contrapartida, se a troca de idéias parece-me consagrada ao fracasso, um autêntico encontro é possível se soubermos, de parte a parte, multiplicar os gestos de solidariedade e comensalidade. Temos todos demasiado talento para beber um copo juntos.

Dir-me-ão que, nessas reflexões, não há qualquer crítica ao anarquismo. Com efeito, o que podemos questionar nele? Tudo.

É por isso que o anarquismo é, de todas as filosofias e práticas, aquela que menos me desagrada.

A DITADURA MARXISTA

Jan Wacław Makhański

Na medida em que se tratou, quando do golpe de Estado de Outubro, de uma revolução burguesa “operária-camponesa”, de uma ditadura democrática, a velha carroça bolchevique tenta, com muita dificuldade, desatolar-se no pântano democrático e tomar uma nova via. Todavia, eis que, quanto mais se avança mais ela se torna escarpada. A “introdução imediata do socialismo” está na ordem do dia, assim como ele foi proclamado aos quatro ventos no momento da dissolução da Assembléia Constituinte. A carroça social-democrata tende a virar nessa via perigosa; os passageiros lançam cada vez mais amiúde olhares nostálgicos na direção do pântano abandonado. Os próprios cocheiros não podem resistir a isso. Os comunistas voltam-se, então, para trás, gritando bem alto: “Basta de revoltas! Viva a pátria! Trabalho reforçado dos operários! Disciplina de ferro nas fábricas e usinas!”

Os partidários da revolução burguesa, os mencheviques e os discípulos de *Novaja Jizn'* (A Vida Nova)¹ os acolhem com júbilo maligno: “Ora, ora! Reconsiderais! Queríeis revoltar-vos contra a ‘marcha objetiva das coisas’, contra o ‘ensino burguês’! Desejastes a ‘realização imediata’! Não pudestes, de fato, senão melhor demonstrar a ‘impossibilidade’ total desse objetivo insensato!”

É em vão que os membros do pântano democrático regozijam-se a esse ponto. A recusa dos bolcheviques de levar mais longe as “experiências socialistas” só prova perfeitamente bem a impossibilidade objetiva para a social-democracia de derrubar o regime burguês, e não a impossibilidade objetiva em geral para a classe operária de suprimir o regime de pilhagem que ela sofre.

Os bolcheviques encarregaram-se de uma tarefa que ultrapassava suas forças e seus recursos. Eles puseram em suas cabeças a idéia de derrubar o regime burguês fundamentando-se no ensinamento social-democrata. Mas esse mesmo ensinamento também é reivindicado pelos mencheviques “conciliadores” na Rússia, os social-democratas “imperialistas” na Alemanha e na Áustria, bem como pelos “social-patriotas” de todos os países. Esse ensinamento

aparece no mundo inteiro como o interruptor da revolução, como o adormecedor das massas operárias, cercando-os de sólidas redes e desviando seu espírito; de fato, esse ensinamento é a arma mais perigosa da qual dispõe a burguesia instruída para lutar contra a revolução operária.

Quando a social-democracia mundial chegou até a entregar milhões de operários, mobilizados em princípio para a emancipação socialista, aos bandidos militares, a fim de massacra-rem-se mutuamente, alguns condutores do bolchevismo decidiram-se a taxar a social-democracia de “cadáver putrefato”. Entretanto, o ensinamento da social-democracia, seu socialismo marxista, que havia dado vida a esse “cadáver putrefato”, permaneceu, para os guias bolcheviques, sagrado e sem máculas, assim como antes. Pareceu que a social-democracia não fizera senão “trair” seu próprio ensinamento. É verdade que os “traidores” contavam-se aos milhões, e que seus “fiéis discípulos”, no momento da revolução russa, eram apenas alguns, Lênin e Liebknecht à frente. Apesar de tudo, estes exclamaram: “Viva o socialismo marxista, o autêntico socialismo!”

Isso é apenas a história clássica dos cismáticos do socialismo do século passado. Inovações emergem do pântano socialista, não destinados

a encontrar uma saída válida para todos, mas com o único fim de realizar velhos preceitos, para realizar, por exemplo, uma revolução jacobina. É por essa razão que esse pântano não se consolida senão muito levemente em alguns locais, e isso provisoriamente, para logo reencontrar sua tranqüila estagnação habitual.

As ilusões socialistas enevoam o espírito dos operários, desviando-os de uma revolução operária direta, não se enfraquecem ao contato das inovações comunistas “revolucionárias” e só fazem experimentar-se mais e reforçar-se incessantemente.

Como sabemos, há quase vinte anos os bolcheviques constituíam, em companhia dos Plekhanov, Guesde, Vandervelde e outros social-traidores” atuais, um único movimento social-democrata solidário e unido. Foi nessa época que foi elaborado para a Rússia o ensinamento marxista: a filosofia, a sociologia, a economia política, em resumo, todo o socialismo marxista que, conquanto tendo transformado a social-democracia num “cadáver putrefato”, deve, contudo, reencarnado no bolchevismo, provocar, como que por milagre, a derrubada da burguesia e realizar a liberação total da classe operária. O marxismo russo, elaborado pelos esforços comuns e concertados de Plekhanov, Mar-

to e Lênin, nunca havia projetado um golpe de Estado socialista como principal objetivo. Ao contrário, ele considerava como impossível em nossos dias a derrubada do regime burguês, e delegava inteiramente essa tarefa às gerações futuras.

O marxismo russo, assim como o marxismo da Europa ocidental, não se ocupava da derrubada do regime burguês, mas, ao contrário, de seu desenvolvimento, de sua democratização, de seu aperfeiçoamento. Na Rússia atrasada de então, o amor dos marxistas pelo regime burguês havia alcançado limites extremos. No início deste século, os bolcheviques e os mencheviques, antes de dividirem-se em duas correntes rivais, haviam tomado a seguinte inquebrantável decisão, aprovada pelos socialistas do mundo inteiro: a tarefa suprema do socialismo na Rússia é a realização da revolução burguesa. Isso significava que toda a tensão da qual eram capazes os operários russos, todo o sangue que eles haviam vertido diante do Palácio de Inverno, nas ruas de Moscou, todo o sangue das vítimas das expedições punitivas de 1905-1906, deveriam encontrar como resultado uma Rússia burguesa, progressista e renovada.

A ditadura “operária e camponesa”, ainda pregada por Lênin em 1906, refletia a união

oportunista do marxismo com os socialistas-revolucionários, e ainda não violava de modo algum os preceitos relativos à impossibilidade da revolução socialista. A ditadura operária e camponesa só era vangloriada porque a dominação unicamente da classe operária era reconhecida impossível. Louvava-se a ditadura da democracia burguesa no espírito dos partidários atuais da *Novaja Jizn*, porque se considerava intolerável a derrubada do regime burguês.

É sob essa forma que o marxismo perpetuou-se, por assim dizer, até a própria revolução de Outubro. Com sua luz poderosa, ele iluminava a via, tanto dos atores da revolução burguesa de 1905-1906, quanto dos social-patriotas da revolução de fevereiro de 1917. Constituía para eles um inesgotável reservatório de indicações preciosas. Teria sido ingênuo buscar ali quaisquer indicações sobre a derrubada do regime burguês, sobre a revolução operária. Ter-se-ia ali encontrado tão-somente a enumeração de todas as dificuldades, de todos os perigos e características prematuras de “experiências socialistas”. Era de lá que provinha o medo supersticioso de todo golpe de Estado socialista, considerado como a maior das catástrofes; o medo que exprimiram, tão visivelmente, os Plekhanov, Potressov, Dan e, enfim, os próprios bol-

cheviques, apavorados por Lênin quando este lançou a palavra de ordem de revolução imediata.

A bem da verdade, teria sido necessário que ocorresse um milagre para que a empresa de Lênin fosse realizada por seu partido, e não se tornasse a mais grandiosa demagogia da história das revoluções. Teria sido preciso que pessoas se insurgissem contra o regime burguês, quando eles haviam defendido e pregado o contrário. Teria sido preciso que os militantes bolcheviques, que haviam assimilado o socialismo por intermédio das obras de Plekhanov, Kautski, Bernstein — os quais exigiam a educação democrática das massas durante longos anos — criassem, no fogo da revolução, um novo ensinamento que teria mostrado o caráter supérfluo dessa longa preparação. Teria sido necessário que os esforços feitos durante longos anos para utilizar a luta dos operários em favor dos objetivos políticos da burguesia, para impedir toda revolução operária, transformassem-se repentinamente em aspiração a provocar essa mesma revolução.

A história não conhece tais milagres. A traição pelos bolcheviques, nesse momento, das palavras de ordem que eles haviam proclamado durante a revolução de Outubro, nada tem de

surpreendente e é-lhes, como marxistas, completamente natural.

O “socialismo científico”, que venceu e assimilou todas as outras escolas socialistas, alcançou uma profunda decrepitude, não tendo dado, como resultado de todas as suas batalhas, senão o progresso e a democratização do regime burguês. O bolchevismo decidiu ressuscitar a “juventude comunista” do marxismo, e só pôde, por sua vez, demonstrar que mesmo sob essa forma, o marxismo não estava mais em estado de criar o que quer que fosse. Explicar o contrário, crer nos bolcheviques quando eles tencionam derrubar de fato o sistema de pilhagem defendido por seus irmãos naturais, os social-traidores de todos os países, só revelaria a maior das ingenuidades. Os próprios bolcheviques suprimem grosseira e cruelmente tal crença ingênua em seu espírito de revolta. [...]

Uma grande tarefa apresentou-se, então, aos bolcheviques: reconstruir o Estado sobre princípios inteiramente novos e populares, que seriam a fonte de forças indispensáveis para a defesa da democracia contra seus inimigos internos e externos.

Na busca da arma mais poderosa para a salvação da revolução democrática, os social-democratas russos tiveram de revolver todo o arsenal

marxista. Essa arma foi enfim encontrada pelos bolcheviques na concepção marxista da ditadura, datando da revolução de 1848-1850.

O poder ditatorial bolchevique desses dez últimos meses conseguiu demonstrar, de maneira irrefutável, que a ditadura comunista regenerada, tanto quanto o socialismo velho de um século, não sabe, nem deseja, suprimir o sistema de pilhagem. Tendo solenemente proclamado a realização imediata do socialismo durante a única sessão da Assembléia Constituinte, e tendo arrancado do Kaiser uma trégua muito especialmente para isso, a ditadura bolchevique, ante a tarefa de “expropriar a burguesia”, teve-se claramente, instintivamente, depois voltou sobre seus passos diante de uma exigência que contradizia toda a sua própria essência.

O que é agora a ditadura bolchevique que continua a se manter malgrado seu fracasso comunista? Nada além de um meio democrático de salvação da sociedade burguesa contra o desaparecimento fatal que a aguardava sob as ruínas do antigo Estado; nada diferente da regenerescência desse Estado sob novas formas populares, que só a revolução poderia criar. Essa ditadura revela a irrupção revolucionária na vida do Estado russo das camadas populares as mais baixas da pátria burguesa, dos pequenos

proprietários no campo, e da *intelligentsia* popular e operária na cidade.

Os inventores da ditadura comunista apresentaram-na aos operários como o primeiro e irreversível passo rumo à emancipação da classe operária rumo à supressão definitiva do sistema milenar de pilhagem; esse meio é o mesmo daquele que serviu aos democratas burgueses da Revolução francesa, os jacobinos, para salvar e reforçar o regime de exploração e pilhagem.

O fato de serem socialistas que utilizam esse meio jacobino não impede que os mesmos frutos burgueses sejam colhidos por eles; pois a primeira tarefa de todo socialista contemporâneo é impedir a supressão imediata da burguesia, bem como a revolução operária.

Já no início do terceiro mês da ditadura bolchevique, os representantes mais inteligentes da grande burguesia russa (tal como Riabuchinski, em *A Manhã russa*) declararam que o bolchevismo era uma perigosa enfermidade, mas que era preciso suportá-la pacientemente pois trazia em si uma regeneração salvadora e uma renovação de potência para sua “cara pátria”. Esses mesmos burgueses inteligentes preferem Lênin, que instiga a “plebe”, a Kerenski, que os defendia dos “escravos insurretos”! Por quê? Porque Kerenski, por suas manobras e sua inde-

cisão, enfraquecia ainda mais o poder já vacilante, enquanto Lênin suprimiu até às raízes todo esse poder fraco, comprometido e incapaz; ele em seguida abriu a via a um novo poder e mais poderoso, ao qual o operário russo reconheceu direitos autocráticos.

Os Riabuchinski, que conhecem bem e estimam o marxismo, rapidamente se convenceram de que a ditadura da “plebe” não sairia da via desse ensinamento muito honorável e, em fim de contas, social-patriótico, e compreenderam muito bem que cedo ou tarde o poderoso poder bolchevique poderia tornar-se deles, conquanto partilhado com novos senhores vindos das baixas camadas liberadas da sociedade burguesa.

Os Riabuchinski podiam observar desde há muito os fenômenos, indiscutíveis e muito regozijantes para eles, a seguir:

1. Sob a ditadura bolchevique, o socialismo não cessa de ser o canto das sereias que atrai as massas para a luta pela regeneração da pátria burguesa.

2. A ditadura socialista é apenas um meio de agitação demagógica para realizar a ditadura democrática. É, na realidade, um simulacro proposto pelos comunistas por um brevíssimo momento, a fim de melhor afirmar a ditadura

democrática, ornada e consolidada pelos sonhos e ilusões dos operários.

3. A força revolucionária à qual aspiram as massas, em suas insurreições operárias, investe-se na ditadura democrática bem como na nova classe política de Estado.

Essas conclusões decorrem indiscutivelmente de toda a história da ditadura “operária-camponesa” bolchevique.

[...] As massas operárias não têm mais por que se inquietar: segundo as garantias dos bolcheviques, todos os seus desejos e reivindicações serão realizados sem tardar pelo Estado soviético, executor de sua vontade.

Em conseqüência, toda luta dos operários contra o Estado e suas leis deve desaparecer desde já, pois o Estado soviético é um Estado operário. Uma luta conduzida contra ele seria uma rebelião criminosa contra a vontade da classe operária. Tal luta só poderia ser travada por vagabundos, por elementos socialmente nocivos e criminosos do meio operário.

Visto que o controle operário concede, segundo os bolcheviques, um poder total aos operários em sua fábrica, toda greve geral perde seu sentido e é, por conseqüência, proibida. Toda luta contra o salário de escravo do trabalhador manual é em geral proibido em toda a parte.

A vontade dos operários, se ela exprime fora ou contra as instituições soviéticas, é criminosa, pois não reconhece a vontade de toda a classe operária, encarnada no poder soviético. Se todos os operários que recebem salários de fome declaram o poder soviético, poder dos saciados, eles serão considerados como elementos agitadores; assim, por exemplo, os desempregados, se eles não quiserem mais suportar os tormentos da fome e esperar sem murmúrios serem mortos de fome, serão considerados como elementos criminosos; é por essa razão que eles são desde já privados do direito a uma organização específica.

Ante, de um lado, os ricos que continuam a levar como antes sua vida de parasitas saciados, e, do outro lado, os desempregados condenados aos tormentos da fome, o poder soviético afirma seus direitos supremos, aspira a assegurar a submissão incondicional às leis existentes, a prosseguir toda violação da "ordem e da segurança públicas". Todas as agitações, revoltas ou insurreições são declaradas contrarrevolucionárias e tornam-se o objeto de uma repressão impiedosa pela força armada soviética.

Os direitos supremos do poder comunista soviético em breve não se distinguirão de modo algum dos direitos supremos de todo poder de

Estado no regime de exploração existente. A diferença não se deve senão na denominação: nos países “livres”, o poder de Estado autodenomina-se dominação da “vontade do povo”, enquanto na Rússia o poder de Estado exprimiria a “vontade dos operários”. Enquanto o regime burguês não for destruído, a “vontade comunista dos operários” soa tão vazia quanto a mentira da “vontade democrática do povo”. Enquanto os exploradores continuarem a existir, sua vontade, aquela de todos os possuidores — e não aquela dos operários — encarnar-se-á cedo ou tarde na forma do aparelho de Estado bolchevique. Os comunistas já iniciam esse processo, declarando abertamente que uma ditadura de ferro é necessária, não para a “transformação ulterior do capitalismo”, mas para disciplinar os operários, para completar sua formação, iniciada mas não acabada pelos capitalistas, certamente por causa do caráter “prematuro” da explosão da revolução socialista.

Tendo vencido a contra-revolução, com a ajuda dos operários, a ditadura bolchevique volta-se agora contra as massas operárias.

Os direitos supremos, inerentes a todo poder de Estado, devem possuir a força absoluta da lei que se apóia na força armada. A democracia que nasce da ditadura bolchevique não

se revela a reboque dos outros Estados. Assim como estes últimos, ela vai dispor não apenas da liberdade, mas igualmente da vida de todos os seus súditos, ela reprimirá tanto os revoltosos isolados quanto as insurreições de massa.

O exército “socialista”, criado pelos bolcheviques, é obrigado a defender o poder soviético, independentemente de todas as reviravoltas e guinadas que bem quiser operar o centro bolchevique “perspicaz”. Que a expropriação dos ricos seja interrompida, assim como foi atualmente decidido, ou então que um estreitamento de laços com a burguesia ocorra, ou ainda que a ditadura bolchevique avance rumo ao socialismo, ou então retroceda rumo ao capitalismo, ela considera igualmente que é seu direito impor a mobilização militar à classe operária.

A obrigação servil que é imposta à classe operária por todos os Estados pilhas, a obrigação de defender na guerra seus opressores e suas riquezas, não desapareceu sob a República soviética.

Estima-se aqui essa obrigação servil necessária para inculcar aos operários a pretensa confiança particular que se lhes concede ao reconhecer-lhes — e só a eles — o direito e a honra de verter sangue em favor do Estado, revestido de um nome mentiroso e vazio, a “pátria socia-

lista". Em recompensa por tão grande honra, os soldados socialistas deverão envidar, assim como o esperam os bolcheviques, importantes esforços e uma chama marcial contra os invasores das terras russas, iguais pelo menos àqueles dos exércitos da Convenção, do Diretório, de Napoleão.

As tropas "socialistas" devem defender o poder soviético no *front* interno não apenas contra os contra-revolucionários guardas brancos, os partidários de Kaledin, de Kornilov, da Rada ucraniana, mas, desde os primeiros dias do golpe de Estado de Outubro, elas também aprendem a defender, pelo "sangue e pelo ferro", a propriedade, fuzilando sumariamente os ladrões e os arrombadores. Os raios de guerra comunistas aplicam-se agora a introduzir a disciplina e a ordem, reprimindo ferozmente seus camaradas de ontem, os anarquistas e os marinheiros, aos quais não dão nem mesmo o tempo de compreender que, com o "novo curso", o Estado comunista não mais necessita, no seio do Exército Vermelho, de elementos impetuosos e críticos, e que se fuzila hoje o que se encorajava ontem. Os "guerreiros socialistas", depois de terem passado por tal escola, submetidos às ordens cambiantes de seus chefes, não recusarão, com toda certeza, instaurar a "disciplina revolucio-

nária de trabalho” nas fábricas, reprimir as revoltas dos mortos-de-fome e esmagar impiedosamente as agitações suscitadas pelos operários e pelos desempregados.

Enquanto a massa operária não se sublevar novamente para suas exigências precisas de classe; enquanto, dessa maneira, não tiver sido colocado um fim em todos os “novos cursos” e subterfúgios dos ditadores bolcheviques, a burguesia democrática de Estado desenvolver-se-á sem incômodo, ressuscitando rapidamente todos os instrumentos de opressão e coação contra os famélicos, os explorados e os pilhados.

Assim, a ditadura marxista, após ter destruído na Rússia todos os fundamentos do antigo Estado impotente, cria um novo poder de Estado popular dos mais enérgicos.

Todas as experiências revolucionárias dos marxistas russos demonstraram que o “socialismo científico”, inspirador de todo o movimento socialista mundial, não sabe e não quer derrubar o regime burguês. Além disso, durante a profunda revolução social que se tornara inevitável na Rússia, e que, como epílogo da guerra mundial, pode igualmente se tornar em todos os outros países, o socialismo marxista indica à democracia burguesa mundial um caminho experimentado para a salvação do sistema de ex-

ploração, e fornece-lhe um meio inestimável para prevenir-se contra as revoluções operárias.

O GOLPE DE ESTADO DE OUTUBRO

Jan Wacław Makhański

Durante todos os períodos de desenvolvimento do marxismo, a tese afirmando que o primeiro passo da emancipação da classe operária consistia na conquista do poder permaneceu inabalável e inalterada. A social-democracia banalizou um pouco essa tese por sua política, pregando, como único meio de conquista do poder de Estado, a luta pacífica do parlamentarismo. Doravante, qualquer bolchevique reconhecerá, verdadeiramente sem dificuldade, que a “dominação do proletariado” não é obtida pela luta pacífica legal, que isso só tem por resultado tornar a própria social-democracia pacífica e legalista, e conduz-na atualmente a ajudar em toda parte os governos a conduzirem uma guerra de pilhagem e a empurrar as massas operárias de diferentes países a entrematar-se. O bolchevismo restaurou a “pureza” original da fórmula de conquista do poder de Marx, não só em sua propaganda mas igualmente nos fatos.

O poder não pode ser conquistado por uma via pacífica, mas pela violência, por meio de insurreições gerais do povo. Eis o que demonstrou o bolchevismo perante o mundo socialista; ele demonstrou-o, ninguém negará, com uma evidência e uma certeza das mais brilhantes. Todavia, a afirmação dos bolcheviques tendendo a apresentar sua conquista do poder como a ditadura, a dominação da classe operária, não é, de fato, senão uma das inúmeras fábulas que o socialismo inventa ao longo de sua história.

Embora os bolcheviques tivessem renegado o espírito de conciliação da social-democracia, a dominação da classe operária obtém-se neles, tão rápida e simplesmente quanto a dominação parlamentar nos Scheidemann. Uns e outros prometem à classe operária sua dominação, mas a deixando nas mesmas condições de servidão, e fazendo-a coexistir com a burguesia que sempre possui todas as riquezas.

Às vésperas do ano 1903, o bolchevismo, que, ele próprio, era tão conciliador quanto o conjunto da confraria socialista e democrática, assegurava que a derrubada da autocracia tornaria a classe operária senhora do país. Em 1917, apenas alguns dias após o golpe de Estado de Outubro, tão logo os bolcheviques ocuparam, nos sovietes, os lugares deixados vazios pelos

mencheviques e pelos socialistas-revolucionários —, Lênin, tomando o lugar de Kerenski, e Chliapnikov o de Gvozdiev — considerou-se que a classe operária, por esse único fato, detinha todas as riquezas do Estado russo. “A terra, as ferrovias, as fábricas — tudo isso, operários, é doravante de vocês”, proclama um dos primeiros apelos do Soviete dos comissários do povo.

O marxismo, pretensamente depurado do oportunismo da social-democracia, revela, contudo, seu velho pendor, próprio a todos os peroradores socialistas, a nutrir os operários com fábulas e não com pão. O marxismo revolucionário, comunista, retirado da poeira acumulada desde longas décadas, defende sempre a mesma utopia democrática: o poder absoluto do povo, conquanto este esteja mergulhado na servidão, na ignorância e na escravidão econômica.

Tendo obtido sua ditadura e decidido a realizar um regime socialista, o marxismo bolchevista não se desfez do velho costume marxista de sufocar a “economia” operária pela “política”, distrair os operários da luta econômica e subordinar os problemas econômicos às questões políticas. Bem ao contrário, tendo felizmente criado sua “obra-prima”, os bolcheviques não deixaram de desgarrar as massas operárias,

prodigalizando elogios sem moderação ao “governo operário-camponês”.

Seria apenas porque os bolcheviques apoderaram-se do poder, que a Rússia burguesa deveria imediatamente desaparecer e deveria nascer a Rússia socialista, a “pátria socialista” russa, e isso a despeito do fato de até ao presente a “ditadura do proletariado” não ter conseguido — e nem mesmo pensa nisso, aparentemente — socializar as usinas e as fábricas?

Os capitalistas perderam suas fábricas, ainda que nem todas tivessem-lhes sido retiradas; já não possuem seus capitais, conquanto vivam quase na mesma condição de antes. Desde Outubro é o operário que seria o senhor de todas as riquezas, aquele mesmo cujo salário, tendo em vista a alta contínua do custo de vida, torna-se um salário de fome; aquele mesmo “proprietário das fábricas” que, na mínima greve dos transportes, encontra-se condenado ao pavor de um desemprego como nunca se viu na Rússia.

Sim, a ditadura bolchevique é verdadeiramente miraculosa! Ela dá o poder ao operário, dá-lhe a emancipação e a dominação, ao mesmo tempo conservando à sociedade burguesa todas as suas riquezas.

Todavia, afirma a ciência comunista-marxista, a história não conhece outro meio de

emancipação; até ao presente todas as classes liberavam-se por meio da conquista do poder de Estado. É assim que a burguesia teria obtido sua hegemonia na época da Revolução francesa.

Os eruditos comunistas negligenciaram um pequeno detalhe: todas as classes que se liberaram na história eram classes possuidoras, enquanto a revolução operária deveria garantir a hegemonia de uma classe de não-possuidores. A burguesia só se apoderou do poder de Estado depois de ter acumulado, no transcurso dos séculos, riquezas cuja amplitude nada devia àquelas de seu opressor, a nobreza; e é apenas por essa razão que a conquista direta do poder aparecia-lhe como a instituição efetiva de sua dominação, como o fortalecimento de seu império.

A classe operária não pode seguir o caminho que liberou a burguesia. Para ela, a acumulação das riquezas é impensável; nesse terreno, ela não pode superar a força da burguesia. A classe operária não pode tornar-se proprietária das riquezas antes de realizar sua revolução. É por isso que a conquista do poder de Estado, conduzida por qualquer partido, por mais revolucionário e arquicomunista que ele seja, nada pode dar por si mesma aos operários, fora do poder fictício da dominação ilusória que a dita-

dura bolchevique não cessou de simbolizar até agora.

Os bolcheviques não avançam na resolução desse problema essencial, e as massas operárias, que começaram desde há muito a perder suas ilusões em relação a isso, reconhecem doravante que a ditadura bolchevique é completamente inútil para elas, e afastam-se deles, assim como o fizeram com os mencheviques e os socialistas-revolucionários. Revela-se que esse poder não é aquele da classe operária, que ele não defende senão os interesses da “democracia”, das camadas inferiores da sociedade burguesa: da pequena burguesia citadina e rural, da intelligentsia, qualificada de “popular”, bem como de desclassificados do meio burguês e operário, convocados pela república soviética à direção do Estado, da produção e de toda a vida do país. Revela-se que a ditadura bolchevique não terá sido senão um meio revolucionário extremo, indispensável para esmagar a contra-revolução e para instaurar as conquistas democráticas. Revelar-se-á igualmente que os bolcheviques suscitaram a insurreição de Outubro a fim de salvar da completa ruína o Estado burguês deliquescente pela criação de uma “pátria operária e camponesa”, a fim de salvaguardar da devastação não mais as mora-

das senhoriais, mas cidades e regiões inteiras ameaçadas, de um lado, pelas massas famintas da cidade e do campo, e do outro, pelos milhões de soldados que fugiam do *front*.

Tudo o que resta da revolução bolchevique pouco difere dos modestos planos elaborados pelos bolcheviques dois a três meses antes do golpe de estado de Outubro. Em sua brochura, *As Lições da Revolução*, Lênin declara várias vezes que a tarefa dos bolcheviques consiste em realizar o que querem, mas não sabem pôr em prática, os ministros socialistas-revolucionários: salvar a Rússia do desastre — e que só os caluniadores burgueses podem atribuir aos bolcheviques a aspiração a instaurar na Rússia uma ditadura socialista e operária.

Em duas brochuras, escritas posteriormente, *Os bolcheviques conservarão o poder?* e *A catástrofe que ameaça*, Lênin explica que a tarefa da ditadura bolchevique e do controle operário será substituir o velho mecanismo burocrático por um novo aparelho popular de Estado; ele também preconiza modos de emprego dos mais fantásticos, como, por exemplo, obrigar a burguesia a submeter-se e a servir o novo Estado popular, sem contudo retirar-lhe suas riquezas!

A ditadura bolchevique foi concebida como uma ditadura democrática que não devia de

modo algum solapar os fundamentos da sociedade burguesa. Após Outubro, várias empresas foram declaradas nacionalizadas por um decreto cuja execução, sabemos-lo, não é garantida. Várias dezenas de banqueiros foram privadas de suas riquezas, mas em geral as riquezas da Rússia permanecem com a burguesia, e fundam sua força e sua dominação.

Acantonados atrás das posições conquistadas, os comunistas, recém-chegados, desempenharão o papel dos democratas franceses da época da Grande Revolução, o papel dos célebres jacobinos, cuja carreira seduz tanto os dirigentes bolcheviques, a ponto de eles não se oporem absolutamente a copiá-los, seja em suas pessoas, seja em suas instituições.

Os jacobinos franceses haviam instaurado uma “ditadura dos pobres” tão ilusória quanto aquela dos bolcheviques russos. A fim de assegurar ao povo o esmagamento dos “aristocratas” e outros “contra-revolucionários”, a fim de mostrar que a capital e o Estado encontravam-se nas mãos dos pobres, os jacobinos haviam colocado os ricos e os aristocratas sob a vigilância das massas, e haviam eles próprios organizado represões sangrentas contra os inimigos do povo.

Os “tribunais revolucionários” dos *sans-culottes* parisienses condenavam cotidianamente

à morte várias dezenas de inimigos do povo, e desviavam a atenção dos pobres pelo espetáculo das cabeças tombando do cadafalso enquanto estes estavam sempre tão famintos e subjogados; da mesma forma, hoje, na Rússia, adormecem as massas operárias com as prisões de burgueses, sabotadores, com o confisco de palácios, com o estrangulamento da imprensa burguesa e os espetáculos terroristas semelhantes àqueles dos jacobinos.

A despeito dos horrores do terror jacobino, a burguesia instruída havia muito rápido compreendido que era precisamente esse rigor extremo que a havia salvado, que ela havia consolidado as conquistas da burguesia revolucionária, salvado a revolução burguesa e o Estado da pressão da Europa contra-revolucionária, e ao mesmo tempo inspirado um devotamento a toda prova do povo à “pátria da liberdade, da igualdade e da fraternidade”.

Será inútil os bolcheviques glorificarem a “pátria socialista” e inventarem formas de governo as mais populares possíveis; enquanto as riquezas permanecerem nas mãos da burguesia, a Rússia não cessará de ser um Estado burguês.

Tudo o que realizaram até aqui é só um trabalho de jacobinos: o reforço do Estado democrático, a tentativa de impor às massas a grande

mentira segundo a qual desde Outubro teria sido posto fim à dominação dos exploradores, e que todas as riquezas doravante pertenceriam ao povo laborioso; além disso, eles suscitaram na Rússia democrática o patriotismo dos *sans-culottes* franceses.

É com isso que sonhavam os bolcheviques antes de Outubro, enquanto ainda estavam vencidos, quando declaravam que eram os únicos a poder provocar o entusiasmo necessário à defesa da pátria (Lênin, *A catástrofe iminente*). Eles não cessaram de pensar nisso, uma vez no poder, conquanto não tivessem podido conseguir fazer flamejar o fogo patriótico no seio do exército “enfermo”; eles ainda pensam nisso agora, proclamando uma nova “guerra patriótica”.

BAKUNIN E A DITADURA DO PROLETARIADO

Anatol Gorelik

Os partidários da ditadura tratam com frequência de apoiar-se em suas afirmações, nas idéias de Bakunin, indicando que, conquanto em teoria Bakunin negasse o Estado e a autoridade, na realidade não combateu o período de transição nem a ditadura do proletariado, porque ele foi sempre partidário da ação organizada das próprias massas operárias e do direito que elas tinham de dirigir a revolução econômica e social. E muitos dos que se denominam anarcosindicalistas e apregoam a idéia do inevitável da ditadura do trabalho, a ditadura das organizações operárias etc., afirmam que eles são os fiéis portadores das idéias desse gigante do pensamento revolucionário, os verdadeiros herdeiros de Bakunin.

É impossível tratar, em um artigo de relativa extensão, de todas as idéias e conceitos de Bakunin, nem mesmo aclarar por completo sua

interpretação do papel do Estado na sociedade e na vida, nem seus conceitos sobre as relações entre a sociedade e o indivíduo.

Bakunin afirmava, e demonstrou uma infinidade de vezes, que “a verdadeira escola para o povo e para as pessoas adultas é a vida”. Dizia ainda que a sociabilidade não é consequência da união artificial dos homens nem da imposição dos governantes, mas um estado natural da espécie humana.

A força do sentimento coletivo ou do espírito de sociabilidade é ainda agora um assunto muito sério...

Um número infinito de dados e fatos da vida diária são, segundo Bakunin, índices inequívocos “da solidariedade natural e inequívoca que une todos os homens”.

Repito que é a vida, e não a ciência, que cria a vida; a atividade espontânea do próprio povo é a única capaz de criar a liberdade. Seria, indubitavelmente, um caso muito feliz se a ciência pudesse desde já iluminar a marcha espontânea da humanidade rumo a sua liberação. Mas é preferível a ausência de luz a uma luz vacilante e incerta, que só faz confundir aqueles que a seguem.

E, de fato, ninguém como ele atacou tão acerbamente os pseudo-sacerdotes da ciência, aqueles que queriam subjugar as massas laboriosas, quando os sacerdotes divinos mostraram ser impotentes para deter o fluxo que começou a iluminar os cérebros e os sentimentos das massas. As massas buscam meios de sair, por seus próprios esforços, do atoleiro em que as colocaram e que não as deixam sair o Estado e o Capital. Os que têm mais noção de si mesmos buscam esses meios constantemente, os menos conscientes, ainda que nos períodos de reação e calma caiam na apatia, recuperam ânimos nos momentos de despertar geral e introduzem-se impetuosamente, nos períodos revolucionários, na torrente da vida e trabalham; e mediante sua experiência da vida logram conhecer o papel da autoridade e da coerção na vida social. São cada vez menos numerosos agora os homens que vivem exclusivamente a vida de seu círculo, sua fábrica ou seu bairro. Mas tampouco existe esta consciência universal que permitiria a cada um elucidar, ele mesmo, todos os problemas da vida. E é aqui onde surgem as profundas divergências entre os revolucionários. Uns, vendo a falta de preparação das massas para passar imediatamente à total reconstrução da sociedade e à convivência livre e re-

cíproca, consideram que isso tem de ser assim, que isso é natural e normal. Baseando-se nessas considerações, pregam que as massas têm de sofrer, agüentar em nome da fatalidade histórica. Outros afirmam que esses são fenômenos antinaturais, anormais, e que são consequência da vida que levam atualmente as massas sob a opressão constante do capitalismo e da autoridade. E insistem que a destruição dessas forças estranhas à sociedade, impostas com artifícios aos homens, libertará a personalidade humana e dará início a uma nova sociedade, livre e progressiva.

Estas idéias são as que Bakunin sustentou durante toda a sua vida, com toda a força de sua vontade.

Compreende-se por que, com semelhante conceito da revolução, não poderia deixar de haver um abismo intransponível entre Bakunin e Marx, tanto em seus temperamentos quanto em suas idéias. Diz Bakunin em *Deus e o Estado*:

Já expressei em várias oportunidades minha profunda aversão à teoria de Lassalle e de Marx, que recomenda aos trabalhadores — se não como seu ideal definitivo, pelo menos como o objeto mais imediato — a fundação de um Estado popular, o qual, tal

como eles o explicam, não será outra coisa senão “o proletariado elevado à categoria de classe dominante.

E, em poucas páginas de uma beleza incomparável, Bakunin faz o comentário desse horrível absurdo universal, o significado da ditadura do proletariado e o papel que ela desempenha na vida real. Escreve Bakunin:

Pergunto se o proletariado for a classe dominante, a quem dominará? Isso significa que restará algum outro proletariado, o qual estará submetido a esse novo senhor, o novo Estado...

Se há Estado, é inevitável a dominação, e, por conseguinte, a escravidão; Estado sem escravidão, aberta ou oculta, é impossível, eis por que somos inimigos do Estado.

Mas Bakunin não se contenta com isso. Examina a idéia da ditadura do proletariado, expõe sua essência estatista e o papel que a ditadura do proletariado desempenhará na vida real.

O que significa o proletariado elevado à condição de classe dominante? Estaria todo o proletariado, por acaso, à frente do governo? Há cerca de 40 milhões de alemães.

Por acaso todos eles seriam membros do governo? Todo o povo será diretor e não haverá governo, não haverá Estado. Mas toda vez que houver Estado, haverá dirigidos, existirão escravos.

Este dilema resolve-se na teoria marxista de um modo muito simples. Por governo do povo eles entendem o governo sobre esse mesmo povo de um pequeno número de representantes eleitos pelo povo...

Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de *antigos* operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e por-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado, não mais representarão o povo, mas a si mesmos e a suas pretensões a governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana.

Esses eleitos serão, em compensação, socialistas convictos e, além do mais, doutos. Os termos "*socialista científico*", "*socialismo científico*", que estão sempre presentes nos escritos dos lassallianos e dos marxistas, provam por si que o pseudo-Estado popular

nada mais será do que o governo despótico das massas proletárias por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou pretensos doutos. Não tendo o povo a Ciência, ele será de todo libertado das preocupações governamentais e integrado por inteiro no rebanho dos governados. Bela libertação!

Os marxistas dão-se conta desta contradição e, ainda que admitindo que a direção governamental dos doutos, a mais pesada, a mais vexatória e a mais desprezível que possa existir, será, quaisquer que possam ser as formas democráticas, uma verdadeira Ditadura, consolam-se com a idéia de que esta Ditadura será temporária e de curta duração. Eles sustentam que sua única preocupação e seu único objetivo será dar instrução ao povo, elevá-lo, tanto econômica quanto politicamente, a um tal nível que todo governo não tardará a tornar-se inútil; e o Estado, após ter perdido seu caráter político, isto é, autoritário, transformar-se-á por si mesmo em organização de todo livre dos interesses econômicos e das comunas.

Eis aí uma flagrante contradição. Se seu Estado é de fato um Estado popular, por que motivos dever-se-ia suprimi-lo? E se, por outro lado, sua supressão é necessária para a emancipação real do povo, como se poderia qualificá-lo de Estado popular?

Deste excerto depreende-se que Bakunin já conhecia o marxismo em sua essência e denota a atitude de Marx em relação à ditadura do proletariado e ao período de transição.

Já naquele momento era grande a luta entre esses dois conceitos da vida social: o conceito anarquista e o marxista, e já havia entre ambos um profundo abismo. É por isso que Marx, Engels, Liebknecht e Bebel — como agora Plekhanov, Lênin, Trótski, Bukharin e os comunistas — não se detinham ante qualquer meio para enlodar, denegrir e apresentar Bakunin e seus companheiros como confidentes e agentes do governo. A história agora se repete. E se Marx e Engels não podiam matar Bakunin e seus companheiros mais do que moralmente, o que já era muito, Lênin e Trótski, Kamenev e Zinoviev não se contentam em matar moralmente Liev Chorny e os anarquistas russos em geral, matam-nos também fisicamente para maior segurança.

Vemos que Bakunin já previra os frutos que dariam a ditadura do proletariado e o período de transição, e sustentara contra essas idéias a luta mais feroz.

Com nossa polêmica nós os fizemos compreender (aos marxistas) que a liberdade ou

a anarquia, ou seja, a livre organização das massas operárias de baixo para cima, é o elo final da evolução da sociedade, e que todo governo, sem excluir o proletário que eles pregam, é um jugo que, de um lado cria o despotismo, e do outro, a escravidão.

Eles dizem que esse jugo da ditadura do Estado é um meio transitório imprescindível para conseguir a liberação integral do povo; a anarquia ou a liberdade é o fim, o governo ou a ditadura é o meio. Daí se deduz que, para emancipar as massas trabalhadoras, é necessário antes subjugá-las.

Vemos, então, que os problemas da ditadura do proletariado e do período de transição, uma vez expostos, Bakunin rebate-os com toda simplicidade e clareza, de modo que sua opinião a respeito não possa prestar-se a interpretações distorcidas nem dar lugar a dúvidas quanto à sua atitude como anarquista, em relação a esses problemas de vital importância para os momentos que atravessamos.

Os marxistas afirmam que só a ditadura — a deles, é claro — pode dar a liberdade ao povo, ao que lhes respondemos: nenhuma ditadura pode ter outro objeto senão eternizar-se, e que é capaz de fazer germinar

e enraizar no povo que a suporta sentimentos de escravidão, e que a liberdade só pode ser fruto da liberdade, ou seja, da rebelião das massas e da livre organização dos trabalhadores de baixo para cima.

A resposta de Bakunin sobre sua atitude relativa à ditadura do proletariado e ao período de transição é tão clara que é de se espantar que possa haver anarquistas que atribuem a este anarquista e revolucionário intransigente alguma simpatia em relação a qualquer forma de governo, e especialmente à ditadura do proletariado. Os renegados do anarquismo ou os anarco-bolcheviques, que têm todo o direito de manter sua opinião a respeito, não podem apoiar-se em Bakunin ou em qualquer outro precursor do anarquismo. Podem apoiar-se unicamente em distintos economistas burgueses partidários da teoria de classes e em Marx e Engels.

Mas Bakunin opunha-se não apenas à ditadura política do proletariado: era inimigo de toda ditadura — daquela das organizações operárias e até da ditadura da Internacional, se a esta fosse incumbido encarregar-se do governo e convertesse-se em Estado.

Se a Internacional pudesse converter-se em Estado, nós nos converteríamos, de adep-

tos convictos e entusiastas que somos, em seus inimigos mais encarniçados.

E então Bakunin mantinha a luta contra a tendência dos chefes e dos eleitos de predominar sobre as massas na Primeira Internacional. Escreve Bakunin no artigo "A Protestação da Aliança":

Dizem-nos que nem todos os operários, conquanto sejam membros da Internacional, podem ser doutos; e não basta que haja na Internacional um grupo de homens que dominam à perfeição, na medida que isso seja possível em nossos dias, a ciência, a filosofia e a política do socialismo, para que a maioria — as massas que integram a Internacional —, confiando-se à sua direção e a seus preceitos fraternos", saia do caminho que há de conduzi-la à liberação total do proletariado?

Estas são as reflexões que amiúde ouvimos pronunciar em voz baixa... Sempre lutamos decididamente contra este raciocínio, porque estamos convencidos de que se a Associação Internacional dos Trabalhadores estiver dividida em dois grupos: um, composto pela imensa maioria dos membros, cujo saber consistirá em ter uma fé cega

na sabedoria teórica e prática de seus chefes, e o outro, composto por umas poucas dezenas de dirigentes, esta instituição, que tem a missão de emancipar a humanidade, converter-se-á numa espécie de governo oligárquico, o pior dos governos. Esta minoria, perspicaz, científica e hábil, que será revestida de toda a respeitabilidade e de todos os direitos do governo, ainda mais absoluto porque seu despotismo oculta-se cuidadosamente sob a máscara do respeito pela vontade e pelas decisões, embora sempre por eles ditadas, mas aparentemente pelas massas do povo, esta minoria, repito, obedecendo à necessidade e às condições de sua situação privilegiada, e sofrendo o destino de todos os governos, far-se-á paulatinamente cada vez mais despótica, prejudicial e reacionária.

E Bakunin conclui seu artigo “A Protestação da Aliança”:

A Associação Internacional dos Trabalhadores só poderá converter-se em instrumento de emancipação da humanidade quando ela própria tiver antes se emancipado; e ela só o será quando, cessando de estar dividida em dois grupos — a maioria dos instru-

mentos cegos e a minoria dos maquinistas doutos —, tiver feito penetrar na consciência refletida de cada um de seus membros a ciência, a filosofia e a política do socialismo.

Eis a que chegava Bakunin em sua negação do autoritarismo e da coerção. Não ficava contente em atacar o Estado e a ditadura social. Era o lutador mais intransigente contra a servidão dentro das próprias organizações operárias nas quais defendia a autonomia completa de cada indivíduo e seu direito à auto-atividade.

Bakunin era um adversário encarniçado de toda autoridade, mesmo nas organizações operárias. Na organização não deve haver máquinas nem maquinistas. Todos são iguais e todos têm o direito de julgar a conduta dos eleitos e dos chefes. Bakunin, o anarquista, opunha-se a toda subjugação do homem pelo homem. E suas razões permanecerão incólumes e sem refutação até hoje.

Os partidários de todo tipo de ditadura, não apenas estatista, mas também dentro das organizações operárias, deveriam meditar sobre o excerto de Bakunin que aparece no final, sendo possível, talvez, que compreendessem que o anarquismo e a imposição são incompatíveis sob todas as formas.

Só a liberdade, a tolerância mútua e a renúncia dos dirigentes a toda imposição pode tirar o movimento operário do atoleiro em que o meteram diversos partidários da ditadura, da direção e dos “preceitos fraternais”. Esses mesmos companheiros deveriam compreender que estão distantes do anarquismo, e que são muito mais herdeiros de Marx que de Bakunin.

Bakunin era anarquista e adversário absoluto de toda coerção e ditadura; e não deixa de ser estranho que as diversas classes de adeptos da ditadura do bolchevismo e do anarquismo “obreiro” etc. atrevam-se, em suas atitudes antianarquistas, a apoiar-se no incansável e intransigente lutador pela liberdade de cada indivíduo em todas as organizações sociais e na vida, no anunciador da Revolução Social — Bakunin.

Assim como Bakunin e Marx não puderam conviver, assim também não puderam nem poderão conviver a liberdade e a coerção, a anarquia e a ditadura. Ou Marx ou Bakunin. Ou a Anarquia e a Liberdade ou a ditadura e a coerção.

La Antorcha, nº 155, 31 de outubro de 1924.

A CONDENAÇÃO DO “COMUNISMO” AUTORITÁRIO POR BAKUNIN

Daniel Guérin

Nossa dívida para com Mikhail Bakunin é múltipla. Mas uma delas é mais importante do que as demais. Os comunistas libertários do final do século XX devem-lhe sobretudo — para além de suas polêmicas com Marx, superando-as amplamente — por ele ter sabido prever com muita antecedência o que viria a ser um dia o bolchevismo. Decerto, para isso, ele mostrou-se excessivo, às vezes injusto, em relação a seu contemporâneo, o fundador do socialismo dito científico, em que pese os traços autoritários e manchados de estatismo observáveis em Marx, manifestando-se em estado embrionário. O golpe desferido no Congresso de Haia, em 1872, excluindo Bakunin da Internacional, agravou essas veleidades. Bakunin, em sua polêmica, ataca menos o seu rival do que o Estado popular (Volksstaat) dos lassallianos e social-democra-

tas que Marx e Engels levaram muito tempo para reprovar.

Todavia, tendo revelado o embrião, Bakunin teve a genial clarividência de sua excrescência futura. De tal forma que sua crítica severa e um pouco tendenciosa será justificada *a posteriori* quando for aplicada aos epígonos abusivos de Marx. A presciência de Bakunin quanto aos desvios perversos, antes de se tornarem monstruosos, daquilo que assumirá impropriamente o nome de “marxismo”, merece, de nossa parte, rasgados elogios.

Antes mesmo de querelar contra o inspirador da Primeira Internacional, o profeta russo havia advertido contra o “comunismo” autoritário. Desde 19 de julho de 1866, em uma carta a Alexandre Herzen e a Nicolai Ogarev, tuteando seus dois correspondentes como se tratasse de uma única pessoa, Bakunin escrevia:

Tu que és um socialista sincero e devotado, seguramente, estarias pronto a sacrificar teu bem-estar, toda a tua fortuna, tua própria vida, para contribuir à destruição desse Estado cuja existência não é compatível nem com a liberdade, nem com o bem-estar do povo. Ou, então, fazes socialismo de Estado e és capaz de reconciliar-te com essa

mentira, a mais vil e a mais temível que o nosso século engendrou: o democratismo oficial e a burocracia vermelha.¹

No que concerne ao “comunismo” autoritário, Bakunin retomava as imprecizações de seu mestre Proudhon. No segundo congresso da Liga da Paz e da Liberdade, em Berna, no final de setembro de 1868, antes de romper com essa emanção do liberalismo burguês, ele clamava:

Detesto o comunismo [autoritário], porque ele é a negação da liberdade, e não posso conceber nada de humano sem liberdade. Não sou em absoluto comunista porque o comunismo concentra e absorve todas as forças da sociedade no Estado, porque ele desemboca necessariamente na centralização da propriedade nas mãos do Estado. [...] Desejo a organização da sociedade e da propriedade coletiva ou social de baixo para cima, pela via da livre associação, e não de cima para baixo por meio de qualquer autoridade que seja. Eis em que sentido sou coletivista e de maneira alguma comunista.²

Assim, Bakunin tornou-se membro local, em Genebra, da Associação Internacional dos Trabalhadores a partir de julho de 1868, e es-

creveu a Gustave Vogt, presidente da Liga da Paz e da Liberdade, em setembro:

Não podemos nem devemos desconhecer o imenso e útil alcance do congresso de Bruxelas [da Primeira Internacional]. É um grande, é o maior acontecimento de nossos dias, e, se somos sinceros democratas, devemos não apenas desejar que a Liga Internacional dos Operários acabe por abarcar todas as associações operárias da Europa e da América, mas devemos nela cooperar com todos os nossos esforços, porque ela pode constituir hoje a autêntica força revolucionária que deve mudar a face do mundo.³

Nesse embalo, Bakunin escreve a Marx, em 22 de dezembro de 1868:

Não conheço mais outra sociedade, outro meio senão o mundo de trabalhadores. Minha pátria agora é a Internacional da qual tu és um dos principais fundadores. Como vês, caro amigo, sou teu discípulo e estou orgulhoso de sê-lo.

Marx comunica imediatamente a um desonesto para silenciar sobre essa carta. Abro, então, um parêntese para fechá-lo logo a seguir.

Ao retornar à Europa ocidental, após seus longos anos de prisão e exílio, na Rússia e na Sibéria, Bakunin fizera suas as idéias anarquistas, emprestadas de Proudhon, conquanto desenvolvidas em um sentido mais revolucionário. Mas essa nova convicção sobrepujara-se nele a um gosto inveterado pela clandestinidade das conspirações. Extraiu-o, de um certo modo, da herança babouvista, do carbonarismo, do blanquismo, e mais ainda das atividades revolucionárias secretas apropriadas à luta contra o despotismo czarista. Internacionalista na alma, ele havia orquestrado uma após outra várias "Fraternidades" internacionais nas quais recrutava os seguidores em vários países latinos.

A última dessas iniciativas terá sido, em 1868, na pós-ruptura com a Liga da Paz e da Liberdade, a Aliança Internacional da Democracia Socialista, organização, segundo dizia, "meio secreta, meio pública", e que servia de fato de cobertura a uma sociedade mais restrita e secreta: a Organização revolucionária dos irmãos internacionais. Além disso, Bakunin, sinceramente atraído pelo movimento operário, solicitou a adesão de sua Aliança à Internacional (A.I.T.). A desconfiança de Marx e de seu núcleo do Conselho Geral de Londres não era completamente descabida. Com efeito, a candida-

tura da Aliança, nova versão das sociedades secretas fomentadas por Bakunin, podia aparecer como “destinada a tornar-se uma Internacional na Internacional”.⁵

Como Bakunin conseguia conciliar suas opções ferozmente antiautoritárias com essa tentativa mal-disfarçada de “limpeza”? Eis a justificativa exposta nos estatutos secretos da Aliança, cujo exemplar caiu nas mãos do Conselho Geral da A.I.T. controlado por Marx:

Essa organização exclui toda idéia de ditadura e poder dirigente tutelar. Mas para o próprio estabelecimento dessa aliança revolucionária e para o triunfo da revolução contra a reação, é necessário que no meio da anarquia popular que constituirá a própria vida e toda a energia da revolução, a unidade do pensamento e da ação revolucionária encontre um órgão (...), uma espécie de estado-maior revolucionário composto de indivíduos devotados, enérgicos, inteligentes e sobretudo amigos sinceros — e não ambiciosos nem vaidosos — do povo, capazes de servir de intermediários entre a idéia revolucionária e os instintos populares. [...] Para a organização internacional em toda a Europa, bastam cem revolucionários forte e seriamente aliados.⁶

A dissonância entre democracia direta e elitismo revolucionário já era surpreendente entre os babouvistas.⁷ Nós a encontraremos atualmente em certas controvérsias comunistas libertárias.

Fechado esse parêntese, retornemos ao pedido de adesão da Aliança à A.I.T. O Conselho Geral de Londres começa reagindo muito desfavoravelmente. Em sua sessão de 22 de dezembro de 1868, ele considera "que a presença de um segundo corpo internacional funcionando dentro e fora da Associação Internacional dos Trabalhadores seria o meio mais infalível da desorganização e, em conseqüência, declara que a Aliança Internacional da Democracia Socialista não é admitida como ramo da Associação Internacional dos Trabalhadores. A sentença é redigida pelo próprio Marx. Todavia, alguns meses depois, o Conselho Geral, reavaliando a sua posição, não vê mais obstáculo à "conversão das seções da Aliança em seções da Internacional". A Aliança aceita essas condições e é admitida.⁸

Bakunin assiste ao Congresso de Basiléia da Internacional, em setembro de 1869, e forma um bloco com os partidários de Marx contra os epígonos degenerados de Proudhon que sustentam a propriedade individual contra a propriedade coletiva.

Somente dois anos depois as relações ficarão tensas; na Conferência de Londres, que começa em 17 de setembro de 1871, Marx desvela um autoritarismo incompatível com as opções libertárias de Bakunin. Em resumo, Marx tenta aumentar os poderes do Conselho Geral de Londres, Bakunin gostaria de reduzi-los. Um quer centralizar, o outro descentralizar. A última consequência disso será o Congresso de Haia, no início de setembro de 1872, no qual Marx, por procedimentos desleais e com a ajuda de mandatos fictícios, consegue excluir Bakunin e seu amigo James Guillaume, depois, relegar o Conselho Geral da Internacional aos Estados Unidos.

É então que Bakunin, revoltado contra esse golpe, põe-se em cólera contra Marx e o “comunismo” autoritário. Essa cólera vale-nos as imprecisações que hoje nos parecem proféticas, visto que para além das intrigas marxianas ela põe em causa e denuncia todo um processo que, bem após a morte de Bakunin e de Marx, reveste-se de singular atualidade.

De início, Bakunin pressente o que será um dia, sob a expressão enganadora de “ditadura do proletariado”, a ditadura do partido bolchevique. Em uma carta ao jornal *La Liberté* de Bruxelas, escrita em Zurique, em 5 de outubro de

1872, ele troveja contra o confisco do movimento revolucionário por uma clique de chefes:

Sustentar que um grupo de indivíduos, inclusive os mais inteligentes e os mais bem intencionados, será capaz de tornar-se o pensamento, a alma, a vontade dirigente e unificadora do movimento revolucionário e da organização econômica do proletariado de todos os países é de tamanha heresia contra o senso comum e contra a experiência histórica que nós nos perguntamos, com perplexidade: como um homem tão inteligente como o Sr. Marx pôde concebê-la?⁹

E Bakunin continua a vaticinar:

Não admitimos, nem mesmo como transição revolucionária, as Convenções Nacionais, as Assembléias Constituintes, os governos provisórios ou as ditaduras pretensamente revolucionárias; porque estamos convictos de que a revolução [...] quando se encontra concentrada nas mãos de alguns indivíduos governantes, torna-se inevitável e imediatamente reação.

A fatal experiência de uma poderosa Internacional aniquilada pela vontade arbitrária de

um único homem conduz Bakunin a desconfiar de um internacionalismo autoritário como será, bem mais tarde, aquele da III Internacional sob a condução bolchevique.

[...] o que dizer de um amigo do proletariado, de um revolucionário que declara desejar seriamente a emancipação das massas e que, ao se colocar como diretor e árbitro supremo de todos os movimentos revolucionários que podem eclodir em diferentes países, ouse sonhar com a subjugação do proletariado de todos esses países a um pensamento único, gerado em seu próprio cérebro?

Bakunin não recua. A cegueira de Marx parece-lhe inconcebível:

[...] pergunto-me como ele faz para não enxergar que o estabelecimento de uma ditadura universal, coletiva ou individual, ditadura que faria, de certa forma, o trabalho de um engenheiro-chefe da revolução mundial, regulando e dirigindo o movimento insurrecional das massas, em todos os países, como se dirige uma máquina, — que o estabelecimento de semelhante ditadura bastaria por si só para matar a revolução, paralisar e falsear todos os movimentos populares?

E o tipo de ditadura exercida por Marx desde o Conselho Geral de Londres conduz Bakunin a temer que tal exemplo amplie-se e assuma proporções aberrantes:

E o que pensar de um congresso internacional que, no pretenso interesse dessa revolução, impõe ao proletariado de todo o mundo civilizado um governo investido de poderes ditatoriais, com o direito inquisitorial e pontifical de suspender federações regionais, proibir nações inteiras em nome de um princípio pretensamente oficial, que outro não é senão o próprio pensamento do Sr. Marx, transformado pelo voto de uma maioria fictícia em verdade absoluta?

No ano seguinte, em 1873, ainda escaldado pela desventura de Haia, Bakunin redige um livro sob o título *Estatismo e Anarquia*, no qual aprofunda suas reflexões e precisa suas vitupeações.¹⁰ O fio condutor de seu raciocínio é, sem dúvida alguma, *L'Idée générale de la Révolution au XIX^e siècle* de seu mestre Proudhon. Com ele, e depois dele, Bakunin pergunta:

Se o proletariado se torna a classe dominante, quem, perguntar-se-á, dominará? [...]

Quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em consequência, escravidão;

um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado. [...]

Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de *antigos* operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e colocar-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado, não mais representarão o povo, mas a si mesmos e a suas pretensões a governá-lo.

E Bakunin vai à guerra contra a pretensão do socialismo autoritário de ser “científico”:

Não será nada além de um governo despótico das massas proletárias por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou pretensos doutos. Não tendo o povo a ciência, ele será de todo libertado das preocupações governamentais e integrado por inteiro no rebanho dos governados.¹¹

Alhures, Bakunin compraz-se em descrever por expressões particularmente rebarbativas esse

Estado futuro de pretensão científica, e que se assemelha a um irmão daquele da U.R.S.S.:

Haverá um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como o fazem hoje todos os governos, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando em suas mãos a produção e a *justa* repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. Tudo isso exigirá uma ciência imensa e muitas cabeças transbordantes de cérebro nesse governo. Será o reino da *inteligência científica*, o mais aristocrático, o mais despótico, o mais arrogante e o mais desprezível de todos os regimes.¹²

Mas o despotismo em questão será durável?
Para Bakunin:

Os marxistas [...] consolam-se com a idéia de que esta ditadura será temporária e de curta duração. [...] Segundo eles, esse jugo estatista, essa ditadura é uma fase de transição necessária para chegar à emancipação

total do povo: sendo, a anarquia ou a liberdade, o objetivo, e, o meio, o Estado ou a ditadura. Assim, portanto, para libertar as massas populares, dever-se-ia começar por subjugá-las. [...] A isso respondemos que nenhuma ditadura pode ter outro objetivo senão o de durar o máximo de tempo possível.¹³

Crer-se-ia, por antecipação, numa refutação libertária de *O Estado e a Revolução* do “camarada” Lênin!¹⁴

Bakunin chegou inclusive a pressentir o reinado dos *apparatchiks*. Em um texto de março de 1872, antes mesmo do golpe do Congresso de Haia, ele anuncia o nascimento

de uma burguesia pouco numerosa e privilegiada, aquela dos diretores, representantes e funcionários do Estado pretensamente popular.¹⁵

Enfim, num escrito de novembro-dezembro de 1872, que utilizaremos como conclusão, Bakunin acusará Marx de ter “quase assassinado a Internacional por sua criminoso tentativa de Haia”, e deitará como condição para ser admitido na Internacional dita antiautoritária, que surgirá do golpe de Haia, a seguinte condição:

Compreender que, visto que o proletário, o trabalhador manual, o homem do trabalho é o representante histórico da última escravidão sobre a terra, sua emancipação é a emancipação de todo o mundo, seu triunfo é o triunfo final da humanidade; e que, em conseqüência, a organização da força do proletariado de todos os países [...] não pode ter como objetivo a constituição de um novo privilégio, de um novo monopólio, de uma nova classe ou de uma nova dominação. [...] ¹⁶

Bakunin era um comunista libertário *avant la lettre!*

Notas:

¹ *Correspondance de Mikhaïl Bakounine, lettres à Herzen et à Ogarev*, ed. Perrin, 1896; in *Archives Bakounine*.

² Sob a direção de Jacques Freymond, *La première Internationale*, *op. cit.*, 1, p. 451.

³ *Ibidem* 1, p. 450.

⁴ *Ibidem*, 1, p. 451. E. Kaminski, *Bakounine, la vie d'un révolutionnaire*, *op. cit.*

⁵ "Les prétendues scissions dans l'Internationale", in Bakounine, *Oeuvres complètes*, Champ Libre, v. VI, p. 271.

⁶ "L'Alliance de la démocratie socialiste et l'Association Internationale des Travailleurs", in Freymond, *op. cit.*, 11, pp. 474-475.

⁷ Cf. *Bourgeois et bras nus, 1792-1795*, Gallimard, 1973, pp. 312-313; *Les Nuits rouges*, 1998.

⁸ Procès-verbaux du Conseil Général de la 1^e Internationale, 1868-1870, in Freymond, *op. cit.*, 11, pp. 262-264 e 272-273.

⁹ Lettre au journal *La Liberté*, 5 octobre 1872, in Bakounine, v. III, p. 147.

¹⁰ Bakounine, *Étatisme et Anarchie*, 1873, in *Oeuvres complètes*, v. IV.

¹¹ Lettre au journal *La Liberté*, *op. cit.*

¹² Bakounine, *Ecrits contre Marx*, in *Oeuvres complètes*, v. III, p. 204.

¹³ *Étatisme et Anarchie*, *op. cit.*, pp. 346-347.

¹⁴ Lénine, *L'Etat et la Révolution*, *op. cit.*

¹⁵ "L'Allemagne et le communisme d'État", in Bakounine, *Oeuvres Complètes*, v. III, p. 118.

¹⁶ *Écrit contre Marx*, *op. cit.*, pp. 182-183.

ANARQUISMO E TROTSKISMO

Joël Gochot

Ao ler Ma Vie, Trótski, 1930, compreendemos facilmente suas aspirações autoritárias, sua técnica para escalar os patamares do poder, sua concepção da "revolução" e sua exclusão, após a morte de Lênin, por alguém mais feroz e mais astuto que ele: Stálin.

Atualmente o movimento libertário encontra-se confrontado (e um pouco despojado) não mais com os puristas do marxismo, nem com os quadros dos partidos comunistas. Por seu recrutamento atual, como potencial — estudantes, sobretudo em nível secundário e jovens operários —, sua principal lacuna exprime-se em relação às utopias esquerdistas. Isso, em dois planos:

— a ausência de uma crítica teórica dos grandes textos pontificais dos futuros ditadores do povo;

— a ausência de uma crítica exata de suas práticas militantes em relação a suas proposições teóricas.

Isso porque os netos de Marx, em virtude do Espírito Santo da dialética histórica, revisam, melhoram, criticam, a seu modo, as análises desmistificadoras atacando seu ancestral. Todavia, uma vez apresentado o balanço negador de seu pseudo-socialismo científico, cabe-nos desenvolver, fazendo-os conhecer, nossas idéias e nossas práticas libertárias. Creio ser necessário apoiar-se nesse último ponto; é preciso querer suscitar no nível dos grupos ou das individualidades dos movimentos exprimindo as possibilidades espontâneas de dinâmica de uma corrente revolucionária embasada na auto-organização, na auto-emancipação, nas livres federações dos livres conselhos dos trabalhadores e provido de um espírito antiautoritário, em sua mais elevada expressão, antiestatista.

O movimento anarquista ainda ignora com muita freqüência, infelizmente, a existência de uma forte corrente libertária, ou simpatizante, na juventude trabalhadora e estudantil, quando até mesmo os socialistas, os esquerdistas, não dissimulam mais a rejeição das historietas marxizantes e a perspectiva de uma forte expansão libertária. No que concerne aos meus nume-

rosos contatos em nível estudantil, só posso constatar a generalização desse fenômeno: antimilitarismo, antiautoritarismo sério, recusa das imposições ideológicas-de-ferro, desconfiança em relação a grupúsculos, partidos, organizações políticas.

* * *

Das ideologias castristas, guevaristas, trotskistas, maoístas etc., é ao trotskismo que se confrontará especialmente este artigo. Por quê? Porque a progressão do “pensamento” de seu criador, porque sua teoria e sua prática, como o histórico da origem do desenvolvimento da atual IV Internacional, e sua demarcação voluntária do esquerdismo, fazem dele um animal de laboratório exemplar e desconhecido.

A leitura de Trótski logo desperta a desconfiança devido ao que se poderia denominar messianismo hipertrofiado. Trótski “não tem” mestre; sua busca pessoal e lógica leva-o a conclusões que se revelam juntar-se sucessivamente àquelas de Marx-Engels, depois Lênin. Nascido em 1879, conhece sua primeira organização “revolucionária” em 1896: a União Operária da Rússia meridional, de tendência social-democrata. Dois anos depois é preso. Sua es-

tada na prisão permite-lhe escrever um volumoso estudo sobre a maçonaria, manuscrito “infelizmente destruído”. “Resistiu longamente ao materialismo histórico”, mas suas descobertas confirmaram-se em seguida em Marx, Engels, Plekhanov, Mehring. Deportado a Ust-Kut, é lá que se esboça sua primeira compreensão do político: “Durante minha estada... chegaram grevistas... amiúde pouco instruídos. Para eles a deportação foi uma escola de política e cultura geral que nada teria podido compensar” (*Ma Vie*, p. 156). Diz claramente que essa escola era populista ou marxista. Bronstein (aliás Trótski) torna-se revolucionário proletário criticando o “revisionismo” de Bernstein. Debuta por “uma crítica do oportunismo econômico na social-democracia”, em seguida faz “a crítica do socialismo econômico de Marx”. Num terceiro caderno, acrescenta “no espírito do anarco-sindicalismo, a negação da luta política”, e seus trabalhos chamaram a atenção dos deportados do Lena. Esse autor, no dizer “lúcido” de nosso revolucionário, “foi um potente soro contra o anarquismo”. De fato, é na prisão de Moscou que ele encontra “pela primeira vez um anarquista em carne e osso”; é um professor, de nome Luzin, tendo “uma queda acentuada pelos criminosos... não gostando de engajar-se em discus-

sões teóricas”. Só uma vez conseguiu acuá-lo, perguntando-lhe como, num conjunto de comunas autônomas, seriam administradas as ferrovias. Resposta (?) de Luzin: “Ao diabo! Por que em Anarquia eu iria viajar de trem?” Comentário de Sua Santidade Trótski: “essa resposta bastou-me completamente”. A questão anarquista está resolvida!

Na Sibéria, Trótski ganha profissionalmente suas credenciais de jornalista. Foge e entra em contato com a Iskra, esboço de um partido centralizado, cujo Grande Estado-maior reside no estrangeiro, “assegurando a estabilidade ideológica da organização que se recrutava entre os profissionais e visava à tomada do poder.”

Trótski, cada vez mais graduado, torna-se indispensável ao Partido; enviam-no ao estrangeiro: Zurique, Paris, Londres onde se encontra enfim com Lênin e demasiado tarde com Tcherkesov; sentiu-se “sinceramente surpreso com os argumentos infantis dos quais se serviam veneráveis anciãos para demolir o marxismo”. Devemos observar a maneira como o apóstolo do trotskismo combate a ideologia libertária. Ele é seu inimigo; quanto ao método, diz, e pronuncia-se pelo Partido no congresso de Londres, em 1903; “centralismo revolucionário é em princípio duro, autoritário e exigente...

amiúde assume formas impiedosas” (*Ma Vie*, p. 194).

É em 1904 que se encontra com Parvus em Munique. Parvus é o inspirador, o mestre dos elementos principais da “Revolução permanente”, cavalo de batalha de nosso futuro comissário.

A REVOLUÇÃO PERMANENTE? AXIOMAS INVERIFICÁVEIS!

1º “A revolução russa é uma revolução burguesa. Mas a burguesia russa é anti-revolucionária. Por conseqüência, a vitória da revolução só é possível como vitória do proletariado. Ora, o proletariado vitorioso não se deterá no programa da democracia burguesa, ele passará ao programa do socialismo. A revolução russa será a primeira etapa da revolução socialista internacional” (conferir *A Revolução Russa*).

2º “A vitória completa da revolução democrática na Rússia é inconcebível de outra forma que não seja a de uma ditadura do proletariado embasada no campesinato”. (Conferir *Três conceitos da Revolução*, 1940).

3º “A revolução iniciada na Rússia não poderia parar enquanto não se tivesse chegado a

um regime socialista após a derrubada do capitalismo” (Svertchkov: *Na aurora da Revolução*).

É inútil avançar na autobiografia de Trótski. Ao ler *Ma Vie*, 1930, compreendemos facilmente suas aspirações autoritárias, sua técnica para escalar os patamares do poder, sua concepção da “revolução” e sua exclusão, após a morte de Lênin, por alguém mais feroz e mais astuto que ele: Stálin. É expulso da U.R.S.S. em 1929 com a sombra da G.P.U. seguindo seus passos. Não era Lênin que se aprazia em dizer: “sou a favor da existência de todos os partidos; o meu no poder e os outros na prisão.”?

O homem da revolução permanente, esse lenificador falsamente socialista reconhecia certas idéias libertárias, para melhor açambarcar a ingenuidade do povo.

— “Em 1917 a massa (?) apoderava-se do que lhe era imposto pela situação.” (*Ma Vie*, p. 289).

— “Na desordem revolucionária começa imediatamente a formar-se uma nova ordem: as pessoas e as idéias repartem-se naturalmente sobre novos eixos”.

Os chefes do social-autoritarismo dão-se o dever de introduzir a noção de partido sem que isso pareça algo de policial; Trótski refere-se à Comuna:

– “A Comuna mostra-nos... a incapacidade das massas.”

– “O proletariado parisiense não tinha nem um partido, nem chefes.”

– “O partido operário... é a expressão acumulada e organizada do proletariado.” (“As lições da Comuna”, 4 de fevereiro de 1921).

Utilizando sempre a axiomática inverificável e vaga:

– “o partido do proletariado devia inevitavelmente (?) apoderar-se do poder no segundo estágio da revolução russa”.

E O QUE É A “DITADURA DO PROLETARIADO”?

Escutemos Trótski (Conferir *Ma Vie*, p. 339-340)

“Tornei-me presidente do Soviete de Petrogrado (em 1917)... estávamos cada vez mais cercados por uma muralha de hostilidade e ódio. A situação tornava-se cada vez mais intolerável.” — ora, um dia todos sorriem-lhe — “Markin viera com um grupo de marujos. Ele deve ter encontrado palavras persuasivas. Foi assim que, antes de outubro, uma ditadura do proletariado estabelecia-se em nossa casa”. O mes-

mo Markin estabelecerá essa mesma “democracia” em toda a Petrogrado.

O PARTIDO ERA A EXPRESSÃO DO POVO?

– “A propósito do caso Kornilov, o ímpeto revolucionário das massas era tão poderoso que a rebelião do general fundiu-se por si mesma, volatilizou-se. Não sem utilidade: tudo se deu em proveito dos bolcheviques”. (*Ma Vie*, p. 370).

– Quando se torna presidente do Soviete de Petrogrado, Trótski proclama: “Caminhamos rumo ao poder.” (p. 372).

– E quanto à insurreição de outubro, “o golpe de Estado dará aos chefes o lugar que lhes cabe de direito.”

UM GOLPE DE ESTADO É REVOLUCIONÁRIO?

– “Em toda a parte os comissários velam. Em plena noite, sem resistência, sem batalha, sem vítima, tomamos o poder”.

Concluiremos essa questão por duas passagens inteiramente contraditórias e situadas a duas páginas uma da outra:

– “O habitante dormia tranqüilamente e não sabia que, enquanto isso, um poder era substituído por um outro.” (p. 379).

– “O que se produziu foi uma insurreição e não um complô, a insurreição das massas populares não precisa ser justificada... forjamos abertamente a vontade das massas para a insurreição.” (p. 381).

O marxismo não crê no indivíduo, crê nos chefes, iluminados; esses chefes devem suscitar um partido, organização centralizada à disciplina de ferro, que reivindica pertencimento ao proletariado.

Ora, o proletariado é a condição do proletário. Os marxistas falam de ditadura da condição dos proletários; há algo de mais explícito?

Duas possibilidades igualmente vãs; à escolha: estupidez ou autoridade.

– É a condição dos proletários que faz a revolução?

– Ou se exerce uma ditadura sobre essa condição?

O INDIVÍDUO PARA TRÓTSKI

“A batalha travada diretamente pela posse do poder; trata-se, nessa luta, de vida ou morte,

é nisso que consiste a revolução. Para que a noção da personalidade torne-se real e a noção pejorativa da “massa” cesse de ser a antítese da noção do “indivíduo”, tal como se a vê numa filosofia de privilegiados, é preciso que a própria massa eleve-se a um grau superior na história”. (*Ma Vie*, p. 545).

Só há massas, parvos, incapazes que se é obrigado a dirigir! Eis a bela concepção do materialismo histórico!

QUEM SÃO OS COMISSÁRIOS DO POVO?

É preciso citar essa passagem da obra *Lênin*, de Trótski, reveladora quanto ao sentido do vocabulário utilizado e daquilo que ele deseja travestir:

“É necessário formar o governo. Somos alguns membros do Comitê central.”

– “Como denominá-lo? — pensa alto Lênin. — De maneira alguma ministros; o título é abjeto. Foi usado em toda parte.

– Pode-se dizer “comissário”, propus; mas há hoje comissários em demasia... talvez “Altos Comissários”, não, “Altos Comissários” soa ruim... e se chamássemos “Comissário do povo”?

— “Comissário do povo”?, perfeito, parece-me ser muito bom — respondeu Lênin. — E o governo em seu conjunto?

— Um soviete, evidentemente, um soviete... o soviete dos comissários do povo, não é?

— O soviete dos comissários do povo?, interroga-se Lênin. É perfeito. Isso cheira terrivelmente a revolução!...”

Eis a técnica da prestidigitação. Podemos observar que, até o presente, todas as iniciativas emanam de novos chefes: escolha da orientação da guerra, da economia; escolha da economia; escolha dos nomes, dos delegados etc. Os chefes bolcheviques são verdadeiros médiuns; quanto aos bolcheviques da massa, eles são os paus-mandados.

O Conselho (soviete) ou Assembléia geral tornou-se o tapa-sexo de um governo. Os comissários do povo, falsos delegados, falsos representantes do povo, são autênticos ministros. O governo muda de nome, maquia-se, mas o Estado permanece em sua essência. Vivo, vai perpetuar, com uma nova administração, a alienação e a escravidão do homem pelo homem. Estamos longe da emancipação do trabalhador por ele mesmo! “Isso cheira terrivelmente a revolução”!

Trótski já não oculta sua sujeição a Lênin: “um jovem marujo, secretário de Lênin, corria

constantemente para trazer-me os comunicados (ordens!) do chefe.”

DITADURA DO PROLETARIADO
= DITADURA DO PARTIDO?

“A ditadura do partido foi instaurada por Stálin” (Trótski, *Ma Vie*, p. 592). “O Partido cessou de ser um Partido” acrescenta, raciocínio que peca por infidelidade a esse outro axioma: “a ditadura do proletariado deve ser exercida pelo partido, organização centralizada à disciplina de ferro”, que contradiz sua própria convicção: “era preciso fazer com que o maior número possível de monumentos revolucionários fosse colocado (bustos, placas comemorativas) para fixar a imaginação das massas”, *dixit* Trótski, enquanto que, excluído do poder, ele critica o culto à idolatria de Lênin, promovido sob a instigação de Stálin.

STÁLIN-TRÓTSKI É JANUS!

O que sobressai das dicotomias suscitadas é que o stalinismo já existia em germe nas práticas leninistas. Trótski desempenharia o papel

de Stálin e vice-versa. A conquista do poder é a conservação do Estado, o Estado permanece o Estado. É uma cômoda: tirem o fascismo, ponham a república, o bolchevismo, o catolicismo, vocês acharão sempre a cômoda. Os marxistas sempre defenderam a necessidade de um Estado, “proletário”, é verdade, mas a história do definhamento do Estado, aquela do período pós-revolucionário, é uma operação do Espírito Santo dialético. Lênin, Moisés moderno, aponta todos os novos “mandamentos” constituindo o essencial dos decretos. Lênin: autoridade em nível do império social e par da religião quanto ao grau moral.

A burocracia stalinista seguia-se àquela do trotskismo; os chefes da insurreição de Outubro obtiveram seus postos-chave; Trótski criou para “si” a presidência de um conselho superior do exército, em Moscou.

UMA IDA E VOLTA SOBRE O EXÉRCITO E SEUS PAPÉIS

Esse foi um problema que “interessou muito” Trótski. Em nível da história desconhecida da revolução soviética, cujos importantes fragmentos foram-nos contados por Makhno, Volin etc.,

é hoje evidente que a subjugação da revolução social, total e emancipadora, foi a obra integral das numerosas troikas bolcheviques, dentre as quais Lênin, Trótski ou Stálin.

“O caos recuava diante da ordem!” (*Ma Vie*, p. 412).

– Amordaçamento da imprensa: um decreto “provisório” contra os brancos (em 28-10-1917) “produzia” alguns dias depois a interdição de quase todos os jornais socialistas. “A ditadura do proletariado impedirá esse vergonhoso tráfico do ópio burguês” (conferir *Lênin*, de Trótski).

– Em alguns anos, a oposição de esquerda estava muda, liquidada; começaram pelo menos radical. Por volta de 1921, já não existe movimento socialista-revolucionário de esquerda. Por volta da metade de 1922, é a vez dos mencheviques. Podem, enfim, passar à erradicação dos “vermes anarquistas”.

O ponto de vista de Trótski, quando não trata os libertários de débeis, infantis, bando-leiros, condena “a passividade e a indecisão” apoiadas pelo “princípio sagrado da federação e da autonomia”. A Comuna de Paris era “uma reforma pequeno-burguesa”: a autonomia comunal era “um blá-blá-blá idealista — do tipo anarquismo mundano (?) — mascarando, na

realidade, a covardia diante da ação revolucionária”. Isso porque “a hostilidade à organização centralista é uma herança pequeno-burguesa”. “O grande erro” de uma certa (portanto, da grande) fração do proletariado francês era crer na autonomia das seções, dos bairros, dos batalhões, das cidades e a garantia suprema da verdadeira atividade e da independência individual.”

Houve três grandes atos:

– Primeiro tempo, extermínio dos grupos anarquistas urbanos (em Petrogrado, onde havia entre sete e oito mil homens mobilizáveis, destruíram com a artilharia “os ninhos de bandidos” na noite de 11 de abril de 1918).

– Na Ucrânia, Trótski supervisiona os exércitos vermelhos de Budienny no genocídio do sul libertário (Makhnovtchina).

– Kronstadt, “ferro de lança da revolução” segundo Lênin. Trótski supervisiona os exércitos vermelhos de Tukhtchevski. Operários, soldados, marinheiros, acusados de desvio direitista, insurgiram-se ao grito de “os soviets sem o Partido”. Em 18 de março de 1921, aniversário da Comuna de Paris, Trótski celebrava esse aniversário no sangue dos novos comunistas.

Também é preciso falar da “Comissão extraordinária de luta contra a sabotagem e a

contra-revolução”, criada em 7 de dezembro de 1917 (Trótski-Lênin estavam nesse momento no poder), dirigida por Dzerjinski: a Tcheka, futuro G.P.U., polícia “socialista” da “liberdade” dos soviets internacionais.

Lênin morre em 21 de janeiro de 1924. Stálin serve-se das leis bolcheviques para fazer sua limpeza; é o fim do trotskismo no poder. As feras partilharam o gado revolucionário; só o mais forte podia banquetear-se: foi Stálin.

O EXÉRCITO SEGUNDO TRÓTSKI E CONTRA OS ANARQUISTAS

(*Ma Vie*, p. 503).

“Os comitês, nos velhos regimentos, formaram-se como as encarnações da própria revolução, ao menos na primeira etapa(!), nos novos regimentos (a guarda Vermelha, depois exército Vermelho) o próprio princípio dos comitês não poderiam ser tolerados, como princípio de decomposição (é, pois, o fim da revolução!). Foi-nos preciso retornar à conscrição forçada; a luta contra o espírito *partisan* foi por nós conduzida sem interrupção, dia após dia, e exigir uma intransigência que foi até às medidas de rigor. O caos das empresas de partidários era a

própria expressão dos substratos rurais da revolução. A luta contra o *partisan* foi, por consequência, uma batalha pelo espírito político proletário contra o elemento pequeno-burguês anarquista que tendia à ruína(!)”

Definitivamente, os germes do desejo de poder semeados pelo assassino de Kronstadt e da Makhnovtchina, o reizinho burocrata de Petrogrado, o aliado intangível de Lênin, infeliz concorrente de Stálin, o exilado no México, morriam com ele na ponta de uma picareta, manipulada pelos homens de Stálin. Trótski conduzia sua carreira sob conceitos libertários travestidos (conselhismo, poder ao povo, revolução social-política) e invenções tais como “revolução permanente”.

O enterro nas lixeiras da história dessa teoria: a revolução permanente dos comissários do povo, é, de fato, a permanência dos comissários da revolução e do povo.

Sua revolução política vale tanto quanto a de um Mao-Stálin-Franco-Castro: um êxito político; fumaça para ocultar o Estado, fora, acima, a exemplo de e contra o povo.

A permanência dos comissários do povo tem por dinâmica o assassinato de toda iniciativa libertária, assimilada à pequena burguesia.

Em 1940, Trótski é assassinado. É um anarquista que encontra os primeiros indícios incriminando a G.P.U. Ela o suprime “amavelmente” na calçada de uma grande cidade, sob as rodas de um automóvel em alta velocidade. [...]

O texto “Anarquismo e Trotskismo” foi extraído da revista francesa *La Rue*, nº 12, 1971, Paris, editada pelo grupo anarquista Louise-Michel.

DA TEORIA ECONÔMICA MARXISTA AOS FATOS

Roland Bosdeveix

Em economia, o princípio quer que tudo o que é produzido seja consumido. A simplicidade dessa regra de ouro não poderia fazer-nos esquecer que toda produção implica uma aplicação de meios mais ou menos consideráveis para um consumo que não é necessariamente um ato imediato. Em outros termos, isso quer dizer que o ajuste desses dois atos econômicos essenciais implica um planejamento em vários níveis e em vários períodos.

O conceito moderno de planejamento econômico surgiu não faz muito tempo, há menos de um século, como uma necessidade política dos Estados para melhor apreender os fenômenos econômicos, sobre os quais eles não dispunham de meios eficazes. Crises como a de 1929 justificavam plenamente a análise apocalíptica de nossos teóricos em relação ao capitalismo. Desde então, as crises capitalistas parecem ter-se

atenuado, ou, ao menos, apresentam uma configuração diferente. Sem dúvida, a centralização reforçada dos meios estatistas que provocou um planejamento amplificado do processo econômico teve sua grande parte de responsabilidade nisso.

Poderíamos dividir o discurso econômico em três grandes correntes de pensamento. Deixemos de lado todas as sub-famílias, que são apenas variantes ou sub-produtos dessas correntes.

O discurso capitalista — de longe o mais disseminado e historicamente o mais antigo — entende privilegiar a produção em detrimento do consumo. A satisfação das necessidades só existe indiretamente pela busca do lucro. Ela é apenas consequência.

O segundo discurso econômico, o discurso libertário, entende privilegiar o consumo e subordinar o ato de produção às necessidades expressas ou latentes. Trata-se de uma completa inversão da ordem dos valores e da finalidade do trabalho e das relações sócio-profissionais. Por meio desses dois discursos temos aí duas concepções diametralmente opostas, duas filosofias da vida bem definidas.

O terceiro discurso econômico é, evidentemente, aquele da doutrina marxista. Em seu

absoluto teórico, poder-se-ia aproximá-lo do discurso libertário. O objetivo de Marx era, conforme escreveu, embora brevemente, o definhamento do Estado e o advento de uma sociedade sem classes. Na prática, ou na realidade dos fatos, o marxismo entende proceder por etapas, quer dizer, sacrificar uma geração (agora várias) para alcançar essa sociedade sem classes. Não é pouco dizer que com esse terceiro discurso nós nadamos no mais completo equívoco e, enfim, com a ajuda do recuo do tempo, percebemos que a aplicação econômica do marxismo cria uma atitude assaz semelhante àquela do discurso capitalista, ou seja, pensar em produção antes de falar em consumo.

Essas observações preliminares parecem-nos fundamentais. Delas decorrem a explicação e a natureza dos sistemas econômicos que suportamos a Leste bem como a Oeste. As diferenças notáveis entre os sistemas capitalista e marxista não são tão marcantes quanto se o quer afirmar aqui ou acolá. Em todo o caso, ambos opõem-se radicalmente ao discurso libertário que, este sim, propugna uma completa ruptura com os métodos de gestão do velho mundo.

Os marxistas que nos lerão sem dúvida saltarão de suas cadeiras. Que ultraje, que provocação assimilar marxismo e capitalismo! E, con-

tudo... É Lênin, um dos papas do comunismo marxista, que, já na *Pravda* dos dias 9, 10 e 11 de maio de 1918, afirmava:

O socialismo é impossível sem a técnica do grande capitalismo, concebida segundo a última palavra da ciência, a mais moderna, sem uma organização de Estado metódica que subordine dezenas de milhões de homens à observação a mais rigorosa de uma norma única na produção e na repartição dos produtos. Nós, marxistas, sempre o afirmamos; quanto às pessoas que foram incapazes de compreender ao menos isso (os anarquistas e uma boa metade dos socialistas-revolucionários de esquerda), é inútil perder sequer dois segundos discutindo com eles.

Não resisti a citar esse Lênin odioso em relação aos anarquistas e a uma boa metade (?) dos socialistas-revolucionários. Parece-nos inútil perguntar aqui quem está errado hoje. Isso salta aos olhos. Ressaltemos que Lênin admitirá muito rapidamente a utilização das técnicas capitalistas para organizar a sociedade soviética.

De nada adianta chamar-se Lênin e ser considerado o grande guia: criticar e gerir não requerem as mesmas aptidões intelectuais. Três grandes políticas econômicas vão nascer na

Rússia. Será o período dito do “comunismo de guerra” (1917-1921) que verá a produção despencar, os transportes paralisar e nascer uma improvisação burocrática a mais extrema. Será em seguida o período da Nova Economia Planificada — N.E.P. — (1921-1928) que permitirá ao campesinato e à pequena indústria um retorno à economia concorrencial. Mas esse liberalismo parcial desembocará igualmente num fracasso econômico (alta dos preços industriais, baixa da produção agrícola etc.) e dará origem a uma terceira mudança de orientação. Retornarão com vigor à coletivização e forçarão a industrialização do país. Será a instauração da política dos planos quinquenais.

Três políticas! Não é muito para homens especialistas do socialismo científico? Mas igualmente três fracassos que nos permitem duvidar da veracidade de seus postulados político-teóricos. Nada, entretanto, parece estremecê-los. Sem dúvida porque consideram que as causas de seus fracassos não se devem à teoria e ao sistema enquanto tal, mas mais modestamente àqueles a quem cabe a tarefa de conduzir essas políticas. Reconhecemos aí as manifestações, o procedimento de um totalitarismo que não ousa dizer seu nome. O homem pode enganar-se, mas não o sistema...

A acumulação do capital foi claramente explicada por nossos teóricos. Segundo uma definição sumária, podemos afirmar que ela sempre provém de uma restrição do consumo imediato com vistas a uma satisfação futura, isto é, pelo canal da poupança no sentido amplo do termo. Para industrializar-se, mas igualmente para dispor de um poderoso exército, a União dos Sovietes escolheu voluntariamente restringir o consumo das populações. Encontramos aí também todo o equívoco do discurso econômico marxista, o “Construamos as bases da felicidade para amanhã!” que justifica todas as aberrações econômicas que o sistema comunista conhece. Aberrações econômicas mas também, evidentemente, aberrações políticas.

Para industrializar-se — ó divina surpresa! —, e levando em conta que a oferta de capital era reduzida,¹ os economistas marxistas foram obrigados, para exprimir sua raridade, mas também para limitar sua demanda, a introduzir um elemento de medida do “custo do capital”, tipo de taxa de juros ou de taxa de lucro que conhecemos muito bem nas economias capitalistas. Evidentemente, essa evolução teórica deu-se apenas de modo progressivo e foi, provavelmente, a conseqüência da sucessão de fracassos registrados pelo novo regime. Neste domí-

nio, Lênin certamente desbastou o terreno, e podemos considerar que esta evolução só tomou forma a partir dos primeiros planos quinquenais, conquanto se possa considerar a N.E.P. como uma fase importante no processo de evolução.

O objetivo do Estado permanecia a repartição do capital, mais exatamente investimentos a realizar em função das orientações que ele determinava. Em conseqüência, estabeleceu-se um cálculo de produtividade desses investimentos e introduziu-se uma taxa média de lucro que, evidentemente, entrou na formação do preço de venda dos produtos.

Em definitivo, partindo de princípios opostos, capitalismo e marxismo encontram-se no emprego de certas técnicas de gestão e, fato não menos essencial, na orientação econômica fundamental, ou seja, produção inicialmente, consumo depois!

* * *

A filosofia econômica marxista visa, ao menos em princípio, a satisfação das necessidades. Sessenta e cinco anos de existência na Rússia não parecem, por enquanto, confirmar esse objetivo. A construção de um plano deveria nor-

malmente responder a essa aspiração e otimizar os meios a pôr em obra. Para isso, a técnica de planificação busca avaliar “a priori” as necessidades sociais.

Avaliar; a palavra foi pronunciada! Nada de mais fácil para um socialismo que se crê científico. Todavia, e malgrado as aparências, não é evidente substituir desejos subjetivos por uma apreciação objetiva e científica das necessidades normais. Isso não impediu Nikita Kruchchev de afirmar com desfaçatez que “é preciso fazer com que o consumo dos gêneros alimentícios seja baseado sob normas de alimentação cientificamente estabelecidas, que assegurem o desenvolvimento harmonioso e completo de um homem saudável”.

Ninguém poderia pretender ter raciocínio mais categórico. Como se surpreender que recusemos esse “socialismo de caserna”? Querendo ser demasiado racionalizador, ele cai, por excesso, no absurdo.

Mais do que uma ardente obrigação, tal o plano (pseudoplano) francês, o plano soviético permanece o quadro previsional que deve ser seguido escrupulosamente. A planificação implica, pois, como toda gestão previsional, uma definição prévia dos valores ou normas que servirão de base ao estabelecimento do plano.

Essa concepção do plano coloca o problema da determinação do valor de todas as coisas, e como escrevemos anteriormente, da substituição de desejos subjetivos por necessidades objetivas. No detalhe, ignoro como os planejadores soviéticos resolvem esse problema complexo e delicado... Não parece que a planificação tenha até aqui resolvido isso de modo satisfatório. Também é verdade que durante muito tempo esses problemas eram a menor das preocupações do poder soviético. Mas a prioridade concedida à industrialização não explica todos os erros cometidos pela tecno-estrutura comunista. Várias gerações foram deliberadamente sacrificadas por interesses outros diferentes dos industriais.

Se a planificação implica o estudo e a definição das necessidades de uma nação, é igualmente um quadro que permite o controle da gestão de uma economia. Mas, aí também, esse quadro não é um elemento em absoluto muito fiel.

Retomemos o exemplo da formação dos preços e do lucro que permanece, em sistema socialista, um lucro coletivo e planejado. Parte deste é restituído ao Estado por intermédio do imposto, o resto é reinvestido na empresa e distribuído ao fundo social. Os preços são de três tipos:

– os preços de atacado = preço de custo + lucro + impostos;

– os preços de varejo = preço de atacado + custos de distribuição + lucro do vendedor;

– os preços livres, verdadeiros contorcionismos ao/do sistema, e que representam uma parte não negligenciável do comércio.

Uma boa planificação dos preços gostaria que a cada aumento da produção correspondesse uma redução do preço de varejo ou uma elevação do poder de compra, isto é, dos salários. Na realidade, percebemos que essa lei de equilíbrio nunca é respeitada, longe disso. Nossos doutos planificadores comunistas não podem senão com muita dificuldade fazer coincidir o volume dos salários com cada período de produção, bem como fazer coincidir o nível de produção com aquele do consumo que, como todos o sabem, não dispõem da mesma elasticidade. Além dessas defasagens obrigatórias, imprevisíveis, o equilíbrio não pode realizar-se em razão, também, das desigualdades na elevação dos salários.

É Kautsky quem explicava no “Programa Socialista”:

Porquanto não se pode determinar aos trabalhadores, por disciplina militar e con-

tra sua vontade, seu lugar nos diferentes ramos da produção, poderá ocorrer que um número demasiado grande de trabalhadores engaje-se num ramo de produção, enquanto uma insuficiência de trabalhadores far-se-á sentir alhures. O equilíbrio indispensável só pode ser obtido pela redução dos salários lá onde houver um número excessivo de trabalhadores e por uma elevação nos ramos lá onde faltar mão-de-obra, até que o equilíbrio seja alcançado.

Não é surpreendente ouvir tais palavras saírem da boca de um líder marxista? Em outros lugares, não haveria palavras assaz fortes na linguagem comunista para estigmatizar tal linguagem. Contudo...

Lênin falou da utilidade das técnicas do grande capital; Kautsky da mobilidade da mão-de-obra; Kruchtchev das normas de alimentação — deixamos de lado outras preciosidades. Evidentemente, e convimos nisso, o “modelo” soviético não é forçosamente aquele que pode ter força de lei. Existem outros tipos de desenvolvimento de sociedades comunistas igualmente representativos: China, Cuba, Iugoslávia etc. É difícil aqui analisá-los em detalhe, e, no limite, isso pouco importa. Encontramos neles constantes, a saber, notadamente: uma ruptura entre

o aparelho estatista — a burocracia — e as massas populares; o peso dos circuitos e as coações de uma economia planificada. Para nós, anarquistas, desde as célebres controvérsias Marx-Proudhon e Marx-Bakunin, o marxismo permanece uma “enésima” teoria política de exploração do homem pelo homem.

É arrombar portas abertas dizer que em toda parte onde o sistema foi instaurado, ele sofreu modificações de aplicação, todas tão discutíveis, e até mesmo opostas, tanto umas como as outras. Cada uma acusando a outra de violação da tese original. É verdade, esse sistema suprimiu a miséria, mas o sistema capitalista teria feito menos? Resposta difícil. Em todo o caso, é certo que sem o esforço do aparato militar e a corrida armamentista promovida pelos novos czares, o nível de vida das populações teria sido outro. (...)

Não é esse também um dos aspectos do fracasso do desenvolvimento dos países comunistas que orientaram seus esforços de pesquisa e seu potencial industrial para o domínio militar em detrimento das necessidades sociais? Os partidos comunistas por muito tempo sustentaram e continuam a propagar a idéia da cidadela sitiada, justificando, assim, as prioridades concedidas à defesa.

Essa noção de estado de sítio permanece inteira e gera uma contradição doutrinal que os intelectuais marxistas, russos ou chineses, iugoslavos ou franceses constataram. Visto que a exploração e as classes que a ela entregavam-se desapareceram, por que o Estado não desapareceu? Pavorosa questão, contradição dolorosa. Pois bem, não! Em 1939, Stálin encontrou a genial resposta: “É que o socialismo triunfou num único país; o Estado só desaparecerá quando desaparecer o cerco capitalista.”

A pirueta foi feita, e bem feita. Dialeticamente no ponto. Justificará por muito tempo, para não dizer eternamente, a existência e a manutenção do Estado em regime capitalista. Ainda mais porque é inimaginável ver tal instituição, com todo o peso que ela representa, aniquilar-se por si mesma.

* * *

Não é absolutamente ser grande sábio poder observar, em conclusão, que o discurso econômico-político marxista toca em numerosos pontos de interseção o discurso capitalista. Embora pareçam divergir na finalidade, esses discursos juntam-se amiúde na aplicação da gestão do “cotidiano”.

Ambos concordam quanto à necessidade de existência de uma estrutura de Estado; ambos admitem e toleram a existência de desigualdades econômicas entre os homens; ambos, enfim, valorizam os objetivos da produção em detrimento dos objetivos do consumo.

(...)

A burguesia capitalista sempre taxou de perigosos revolucionários todos aqueles que tentaram destruir sua ordem tirânica. A burocracia comunista trata de provocadores pequeno-burgueses todos os que recusam a ordem estabelecida. Curioso encontro, também aí, de argumentos de duas ordens sociais igualmente autoritárias e exploradoras. É sempre um acaso se os discursos e os métodos continuam a encontrar-se?

A todos aqueles que recusam a alternativa, só resta, definitivamente, o anarquismo.

O artigo "Da teoria econômica marxista aos fatos" foi extraído da revista francesa *La Rue*, nº 32, 1983, Paris, editada pelo grupo anarquista Louise-Michel.